



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**TRABALHO INFANTIL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA A PARTIR
DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Ana Victória Santos Batista
Orientadora: Profª Drª Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA
JUNHO DE 2022

ANA VICTÓRIA SANTOS BATISTA

**TRABALHO INFANTIL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA A PARTIR
DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências
Sociais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B333t Batista, Ana Victoria Santos.
Trabalho infantil na agroindústria canavieira a
partir de produções acadêmicas. / Ana Victoria Santos
Batista. - João Pessoa, 2022.
78 f. : il.

Orientador : Patrícia Alves Ramiro.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Infância. 2. Trabalho infantil. 3. Agroindústria
canavieira. 4. Produções acadêmicas. I. Ramiro,
Patrícia Alves. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 331-053.2

ANA VICTÓRIA SANTOS BATISTA

**TRABALHO INFANTIL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA A PARTIR
DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal da Paraíba como requisito
para obtenção do grau de Bacharelado em Ciências
Sociais.

Aprovada em: 30 de junho de 2022

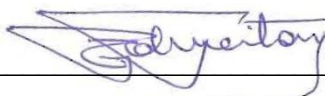
Banca Examinadora



Profª Drª Patrícia Alves Ramiro - DCS/UFPB
(Orientadora)



Profª Drª Flávia Ferreira Pires - DCS/UFPB
(Examinadora)



Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas - UECE
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Rossana Santos, minha mãe muito mais que querida. Em mais de um sentido, me apoiar não tem lhe custado pouco e, no entanto, seus esforços seguem na direção de que eu possa, sempre e mais, viver o que sou e o que pretendo ser.

Ao meu pai, James Batista, que apesar da filha seguir caminhos diferentes do que muito sonhou, não deixou de estar ao meu lado, torcendo, se emocionando e fazendo festa.

Agradeço ao meu irmão, James Júnior, apenas por ser uma de minhas pessoas favoritas no mundo, além de meu parceiro. Termos estado juntos nos últimos meses, dividindo as madrugadas e fazendo piadas de nossas próprias dificuldades, aliviou a ansiedade que em outros momentos me paralisou, tornou cada dia mais possível.

Agradeço imensamente às minhas avós, Maria Alaíde Santos (*in memoriam*), Hilda Batista (*in memoriam*) e Zélia Batista, que me ama(ra)m tanto. As histórias que dividiram comigo trouxeram-me até aqui, se ainda não tão interessada e atenta ao mundo quanto necessário, com instrumentos para seguir tentando.

À professora e minha orientadora, Patrícia Ramiro, por ter mais de uma vez me recebido de volta. Em muito, chego ao fim desta graduação graças ao trabalho que pude realizar junto a ela e à equipe que construiu, mas sobretudo ao acolhimento, paciência e incentivo persistentes que dedicou a mim.

Agradeço a todos os integrantes do grupo de pesquisa Identidade e Memória das Classes Populares Rurais e Urbanas (IMCP) por construírem esse espaço de partilha e incentivo.

Agradeço às amigas, por meio das quais tenho construído meu lar em João Pessoa. À Maria Clara e família, que abriram as portas de sua casa para mim. Por muito tempo, tive lá o aconchego que só poderia ter entre os meus. À minha amiga de todas as horas Eveline Torres. Poucos lugares são tão seguros para mim quanto o criado pela nossa amizade e isso me salvou muitas vezes. À minha amiga Catherine Sofiatti, com quem tenho aprendido a fazer pesquisa, dividindo também as cervejas e as dificuldades e apertos de arriscar-se na vida acadêmica. À Vilma Bernardo, pelas conversas que me incentivaram a concluir esta etapa.

Agradeço aos professores(as) do Departamento de Ciências Sociais, especialmente, Flávia Pires, Rita de Cássia Santos, Teresa Cristina Matos e José Henrique Artigas por terem me inspirado tanto ao longo desta graduação.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pela oportunidade ímpar de vivenciá-la.

[...]

Apesar da batalha, o pente cheio
As tecnologias ancestrais nós temos
Pra induzir o sonho dentro de um pesadelo
Entre um traçante e outro
Dilatar o tempo e imaginar um mundo novo

Primavera, Don L

RESUMO

Este trabalho busca analisar o tema da presença do trabalho infanto-juvenil na constituição da força de trabalho da agroindústria canavieira no Brasil a partir de como ele foi tratado em variadas produções acadêmicas. Para tanto, foram reunidos 12 títulos localizados através de busca em bases eletrônicas de dados, mas também por meio de pesquisas identificadas na fase exploratória e de aproximação ao tema. Trata-se de livro ou capítulo de livro, relatório de pesquisa, teses e dissertações e, sobretudo, artigos em periódicos científicos publicados desde a década de 1980 até o final da década de 2010. Buscou-se, então, classificá-los segundo as principais temáticas abordadas, expondo as perspectivas teóricas e metodológicas empregadas, bem como os resultados apresentados. Pôde-se, assim, delinear não apenas os principais eixos pelos quais o trabalho infantil no setor canavieiro foi encarado, mas as características e as consequências do mesmo para as famílias de trabalhadores rurais, como seu uso enquanto parte de uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar e a forma como ele implica a manutenção do isolamento dessas populações sob condição de pobreza.

Palavras-chaves: Infância; Trabalho infantil; Agroindústria canavieira; Produção acadêmica.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the theme of the presence of child and youth labor in the constitution of the workforce of the sugarcane agroindustry in Brazil from the point of view of how it was treated in various academic productions. To this end, 12 titles were gathered, located through a search in electronic databases, but also through research identified in the exploratory phase and approximation to the theme. These are books or book chapters, research reports, theses and dissertations and, above all, articles in scientific journals published from the 1980s to the second decade of the 2000s. main themes addressed, exposing the theoretical and methodological perspectives used, as well as the results presented. It was then possible to outline not only the main axes by which child labor in the sugarcane sector was seen, but its characteristics and consequences for the families of rural workers, such as its use as part of a group survival strategy and the way in which it implies maintaining the isolation of these populations in a condition of poverty.

Keywords: Childhood; Child labor; Sugarcane agroindustry; Academic production.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da literatura por tipo de publicação.....	30
Tabela 2: Distribuição da literatura por região de referência.....	30
Tabela 3: Distribuição da literatura por temas e períodos.....	31
Tabela 4: Distribuição da literatura por temas e origem da produção.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CATEGORIA INFÂNCIA E A AGROINDÚSTRIA AÇÚCAREIRA NO BRASIL	14
1.2 A infância como objeto de pesquisa	14
1.3 Trabalho nas sociedades capitalistas	16
1.3 Trabalho infantil e legislação no Brasil	18
1.4 A agroindústria açucareira	21
2. O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA LAVOURA CANAVIEIRA	26
2.1 Aspectos gerais acerca da produção levantada.....	26
2.2 Pesquisas por ordem cronológica	26
2.3 Classificação do material	31
3. PRINCIPAIS SUBTEMAS DE TRABALHO INFANTIL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PUBLICADOS NO BRASIL DE 1980 A 2019.....	34
3.1 Condições de vida e de trabalho	34
3.2 Hierarquia de tarefas agrícolas e domésticas	53
3.3 Efeitos sobre a saúde.....	57
3.4 Efeitos intergeracionais.....	63
3.5 Luta por direitos	68
3.6 Dados estatísticos oficiais	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

INTRODUÇÃO

Resultado de minha participação ao longo da graduação em experiências de iniciação científica nos campos da sociologia e antropologia rural e da infância¹, definimos como objeto deste Trabalho de Conclusão de Curso a participação de crianças na constituição da força de trabalho empregada pela atividade canavieira desenvolvida no Brasil. Uma revisão bibliográfica acerca da produção sobre o tema no país apresentou-se como alternativa frente às limitações impostas pela pandemia da covid 19 vivida nos últimos dois anos, mas também enquanto ponto de partida para futuras pesquisas que pretendo desenvolver no setor canavieiro na região do Brejo paraibano.

A atividade produtiva desenvolvida em torno da produção da cana-de-açúcar e dos seus derivados remonta ao período da colonização portuguesa. Se tal atividade apresentou-se como meio pelo qual a então coroa portuguesa poderia viabilizar prática e economicamente a ocupação e colonização da grande porção deste território nas Américas que lhe coube a partir do Tratado de Tordesilhas, mais tarde tal empreendimento garantiu lucros para a metrópole e foi responsável pelo tipo de sociedade que se formou então.

Baseada no latifúndio, na monocultura exportadora e na utilização de mão de obra escravizada, o empreendimento português definiu o acesso a terra, as relações de trabalho e, conseqüentemente, as condições de vida de grande parte da população local. Nos diferentes momentos dessa atividade, houve a presença de crianças e adolescentes no seu processo produtivo. Investigar tal presença contribui, portanto, para o conhecimento do setor canavieiro como um todo e para as definições de infância, bem como as transformações pelas quais passaram as crianças, formuladas ao longo do tempo no País.

Assim, para contribuirmos para compreensão da produção acadêmica sobre o trabalho infantil na agroindústria canavieira, o material encontrado durante pesquisa bibliográfica exploratória foi analisado a partir da classificação do que consideramos serem as principais temáticas abordadas. Entendemos que os principais temas se relacionam às condições de vida da população que trabalha ou trabalhou nas lavouras canavieiras, os efeitos desse trabalho sobre a saúde das crianças, os efeitos intergeracionais desta prática, a hierarquia das tarefas, a luta por direitos e, por fim, as interpretações acerca dos dados oficiais sobre a questão. O recorte

¹ Participei como bolsista de iniciação científica nos projetos de pesquisa *Geração Bolsa Família: escolarização, trabalho infantil e consumo em João Pessoa do ponto de vista das crianças, entre 2018 e 2019*) e *Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba, entre 2019 e 2021*, coordenados pela professoras Flávia Pires e Patrícia A. Ramiro, respectivamente.

temporal utilizado engloba a produção acadêmica de quatro décadas, partindo do início da década de 1980 até o final da década de 2010.

Do ponto de vista metodológico, cabe dizer que as leituras iniciais para o percurso deste levantamento bibliográfico foram duas dissertações de mestrado. A primeira dissertação foi localizada a partir do GEPEHTO (Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho), grupo de pesquisa sediado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Era sabido que parte dos integrantes desse grupo realizavam ou realizaram pesquisas a partir dos autos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), arquivados no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB). Localizada no Repositório Institucional da UFPB, a dissertação em questão investigou processos judiciais acionados por criança e seus responsáveis contra empregadores nos anos de 1987 a 1990, nas Mesorregiões da Mata e Agreste Paraibano².

Por meio de um levantamento exploratório, localizei no Repositório Institucional da UNESP a segunda dissertação³. Trata-se de um balanço de produção acerca da produção acadêmica sobre trabalho infantil em periódicos científicos brasileiros. O autor levanta 97 artigos publicados em 58 periódicos nacionais. Trabalho infantil no campo está entre os 12 subtemas desenvolvidos para categorizar o conjunto dos artigos localizados e selecionados pelo autor (MOARES, 2007). Tais trabalhos foram importantes para identificação de outras produções pertinentes ao meu recorte de pesquisa: como mencionado, o trabalho infantil na cultura da cana-de-açúcar, e para a definição de termos de busca mais precisos, a serem aplicados nas bases de dados. Deste modo, depois da leitura das dissertações e seleção de referências, iniciei o levantamento em bases eletrônicas de dados, no caso, o Portal de Periódicos da CAPES⁴; e a Rede SciELO⁵: Além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Partindo dessa bibliografia, o presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, apresento uma discussão geral sobre a construção social da categoria infância e trabalho infantil e sobre papel central da produção canavieira para a construção da sociedade

² ESTEVAM, Diognnys Cardoso. Trabalho infanto-juvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

³ MORAES, Rafael Vicente de. A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

⁴ www.periodicos.capes.gov.br

⁵ www.scielo.br.

brasileira. No segundo, temos os aspectos gerais da produção bibliográfica agrupados, de maneira breve, por década de sua produção, pelo local da publicação (artigo em periódico, livro ou capítulo de livro, teses ou dissertações ou relatório de pesquisa), pelo *locus* privilegiado da análise realizada pelos(as) autores(as), pelos temas principais das pesquisas e, por fim, pelas áreas de formação acadêmica dos(as) autores(as). Finalmente, no terceiro capítulo, aprofundo os textos levantados a partir dos temas que considere centrais em cada um deles.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A CATEGORIA INFÂNCIA E A AGROINDÚSTRIA AÇÚCAREIRA NO BRASIL

Definir como objeto de pesquisa a produção acadêmica acerca do trabalho infantil na agroindústria canavieira demanda inicialmente que consideremos os conceitos de infância e trabalho infantil e que situemos, mesmo que brevemente, o que representou, e representa ainda, o empreendimento canavieiro na formação socioeconômica do País. Com tais procedimentos, pretendemos, em primeiro lugar, recuperar como o tema da infância se torna objeto de pesquisa nas Ciências Humanas e como a questão do trabalho infantil se desenrola no contexto brasileiro e, por último, quais as especificidades do setor produtivo canavieiro. Desse modo, caracterizamos os elementos envolvidos na questão de pesquisa, situando-a e justificando-a mais precisamente.

1.2 A infância como objeto de pesquisa

De maneira geral, podemos dizer que a principal operação realizada pelas Ciências Humanas em geral e pelas Ciências Sociais em particular quanto aos temas que toma por objeto de investigação diz respeito a sua desnaturalização. Trata-se, portanto, de demonstrar como determinadas noções ou comportamentos, por exemplo, não se fundamentam por qualquer critério que se poderia considerar natural, mas que respondem, ao contrário, a um determinado contexto histórico marcado por relações de poder específicas. Assim, a noção contemporânea e ocidental de infância, com suas demarcações a partir de idades, ciclo de vida e comportamentos esperados e incentivados, não existe desde sempre ou em qualquer parte, mas seu desenvolvimento pode ser bem situado no tempo histórico e espaço geográfico.

Nesse sentido, o historiador francês Philippe Ariès foi pioneiro ao refletir sobre o assunto em publicação que data do ano de 1960. “*L’Enfant et l’avie familiale sous l’Ancien Regime*”, nova edição francesa do texto original publicada em 1973 e que chega ao Brasil com o título “*História Social da Criança e da Família*” em 1978, inaugura o campo da história da infância. Nessa obra, Ariès investiga como transformaram-se a família e o lugar aí ocupado pelas crianças. A partir de elementos como a religião, a arte e a iconografia dos períodos que percorre, assim como os trajes e as brincadeiras e jogos de criança, o autor reconstrói os sentimentos da infância que darão na noção predominante nas “sociedades industriais” (ARIÈS, 1986, p. 11).

Conforme destaca o autor, durante a Idade Média, cuja sociedade denomina por tradicional, o núcleo familiar distingue-se pouco no interior da coletividade formada por vizinhos, amigos, amos e criados, nas classes abastadas. Assim, embora essa família conjugal fosse importante no que dissesse respeito à conservação dos bens, transmissão de um ofício e proteção nos momentos de crise, ela não desempenhava uma função afetiva e nem controlava a socialização dos mais novos. Nessas circunstâncias, assim que superada a fase em que predominava o risco à sobrevivência, as crianças confundiam-se já entre os adultos, nesse grupo mais amplo em que iam, pela aprendizagem, gradativamente, adquirindo um certo saber-fazer.

Consolida-se então, após transformações que se realizaram sobretudo através da arte e da religião, entre as camadas superiores da sociedade dos séculos XVI e XVII, na Europa, “[...], um sentimento superficial da criança” (ARIÈS, *idem*, p. 10), em que esta “[...], por sua ingenuidade, gentileza e graça, se torna uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, *idem*, p. 158), a que o autor designa por “paparicação”. Tal sentimento dirigia-se sobretudo às crianças em seus primeiros anos de vida e, de qualquer forma, não chegava a tirá-lhes de um certo anonimato predominante na época, também em virtude das incertezas sobre sua sobrevivência que geravam em relação a elas certa indiferença. Mais tarde, esse sentimento difundiu-se também entre as classes populares.

Ariès destaca alguns registros à época críticos ao sentimento de paparicação, mas o fundamental dessa crítica foi elaborado e posto em movimento pelos moralistas e educadores no final do século XVII. Segundo eles, em primeiro lugar, era preciso operar um movimento de racionalização dos homens e, notando a especificidade das crianças em relação aos adultos, era preciso conhecê-las melhor para melhor conduzi-las nesse caminho, pela educação. Tal preocupação recebeu a adesão da família, que, àquela altura, encontrava-se mais delimitada. Chega-se então a um novo sentimento da infância que situa a criança em um lugar central no interior da família, digna de todos os cuidados que garantam não apenas sua sobrevivência, mas um caminho para seu desenvolvimento até a fase adulta.

Assim, em síntese,

O primeiro sentimento da infância - caracterizado pela “paparicação” - surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVI, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. esses moralistas haviam-se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar (ARIÈS, *idem*, 163-164).

Nesse movimento, portanto, que vai da Idade Média ao fim do século XIX, ao passo que expõe a construção da noção de infância familiar ao nosso tempo, marcada pelo predomínio de uma consciência da particularidade infantil que a distingue do adulto, pela afeição e cuidado da família em relação à criança, expressa sobretudo pela importância atribuída à educação e à escolarização, Ariès a compreende como resultado das transformações processadas pelo capitalismo e própria à sociedade burguesa ocidental. Desse modo, abre a possibilidade para considerarmos múltiplas as formas pelas quais as crianças podem ser encaradas em determinada sociedade, a depender do momento histórico e da posição geopolítica que ocupe. Dá lugar, portanto, ao estudo das crianças e das infâncias possíveis de existir em qualquer parte.

1.3 Trabalho nas sociedades capitalistas

Assim como a noção de infância contemporânea, a noção de trabalho e as formas pelas quais ocorre são resultados predominantemente do modo de produção capitalista e das relações de trabalho que engendra. Por isso seu significado e o conjunto das práticas a que pode se referir não foi sempre o mesmo. A variedade dos sentidos ainda contemplada pela palavra trabalho dá ideia de como transformou-se ao longo das diversas experiências históricas. Como destaca Albornoz:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor no rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas (ALBORNOS, 2012, p. 8).

Essa multiplicidade de sentidos, a grosso modo, pode então ser sintetizada a partir de dois polos. Há aquele que reúne as significações de algum modo relacionadas à autorrealização do ser humano pelo trabalho. Nesse sentido, trabalho abarcaria os esforços realizados pelos indivíduos, quase sempre inseridos em um contexto coletivo, com fins à criação de algo que os represente a si mesmos e à sociedade e à cultura das quais fazem parte. O outro polo diz respeito às atividades a que muitas vezes os indivíduos são obrigados para que garantam a própria sobrevivência e, ao contrário de realizar-se, expressar-se por ele, é, na verdade, subjugado, anulado, esvaído de suas forças mentais, físicas e criativas.

Para Marx (1844), este último seria o caráter predominante do trabalho no modo de produção capitalista da sociedade de classes burguesa. Marcado pela separação entre a propriedade e o trabalho, haveria que operar outras rupturas para constituir-se enquanto tal. A primeira delas refere-se à separação entre o trabalhador e os produtos de seu trabalho, a coisa produzida, resultado da “objetivação” dos esforços despendidos pelo trabalhador no processo produtivo, não lhe pertence, mas, ao contrário, progressivamente constitui um mundo que lhe é hostil. Isto porque o veto ao acesso livre da coisa produzida estende-se também à natureza, que oferece os meios de vida ao trabalhador e ao sujeito físico, ou seja, oferece os meios pelos quais se pode realizar trabalho e conseguir os elementos imprescindíveis à subsistência e reprodução física.

O trabalhador só pode acessar, então, o mundo exterior sensível através da produção do objeto que lhe é estranho:

O trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. O auge desta servidão é que somente com trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador (MARX, idem, p. 81-82).

Tal estranhamento é, entretanto, produto de um outro que lhe antecede. A segunda separação operada pelo modo de produção capitalista ocorre no momento mesmo da atividade produtiva e se expressa enquanto um estranhamento do trabalhador em relação a si mesmo. Por esta atividade, o trabalhador não afirma a si mesmo, neste momento, assim como ela não lhe pertence, ele próprio não pertence a si mesmo, mas a outrem. Ao fim, o trabalhador não reconhece em si mesmo as características que o torna parte do gênero humano e que, para o autor, se refere a atividade da consciência livre, capaz de projetar mentalmente e criativamente para então ser concretizado pela atividade produtiva. Como a natureza e seu próprio corpo físico, esta que seria a essência humana, estaria submetida às exigências da subsistência física, reguladas pela produção do objeto.

Esta relação de estranhamento para com o gênero humano define as relações que serão estabelecidas pelo trabalhador com os outros homens em geral a partir de sua própria posição como trabalhador. Nessas circunstâncias, é engendrada também a relação com alguém estranho ao trabalho. Se o produto do trabalho, a atividade produtiva e o próprio trabalhador durante a atividade produtiva não lhe pertencem, pertencem necessariamente a outrem. Portanto, “[...]”

relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação do capitalista (ou como se queira nomear o senhor do trabalho) como o trabalho” (MARX, idem, p.87).

Nessas condições, a expropriação completa dos trabalhadores é o meio pelo qual se pode constituir a propriedade privada, que vem a ser, portanto, “[...], o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa [...] do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (MARX, idem, p. 87), para logo em seguida tornar-se também a causa desta expropriação:

[...], se a propriedade privada aparece como fundamento, como razão do trabalho exteriorizado, ela é antes uma consequência do mesmo, assim como também os deuses são, originalmente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca (MARX, idem, 87).

Se Marx certamente não abarca tudo sobre o modo de produção capitalista e as relações de trabalho que engendra, me parece que sua análise pioneira ainda fala o fundamental sobre este modelo produtivo. Por sua descrição do que significa o trabalho na sociedade capitalista:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta ao trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, idem, p. 82).

O autor, situa bem em que momento histórico tratamos do trabalho infantil, assim como as condições de emergência do setor produtivo canavieiro no que era, a princípio, quando de seus primeiros desenvolvimentos, uma colônia europeia.

1.3 Trabalho infantil e legislação no Brasil

No Brasil, poderíamos retomar a questão do trabalho infantil desde o período da escravidão, com a presença de crianças seja nas atividades domésticas da casa-grande, seja nas tarefas agrícolas do engenho. Mas para considerá-lo tal como se apresenta contemporaneamente, é preciso destacar o processo de industrialização e urbanização do País. As condições de vida a que estavam submetidas as famílias de trabalhadores nas grandes cidades, que começavam a se constituir, é responsável por uma nova percepção em relação às crianças, com o desenvolvimento de saberes que as singularizavam em relação aos adultos.

A esse respeito, ocupou-se principalmente a medicina, com a qual deram-se os primeiros passos para o desenvolvimento da puericultura no País, entendida como a ciência que trataria da higiene física e social da criança. Um dos principais representantes foi o Dr. Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em 1981. Mas foi na esfera jurídica que o problema da infância na sociedade brasileira e suas possíveis soluções foram decisivamente elaborados.

Tal problema é resultado de um contexto particular marcado pela Abolição da Escravatura, em 1888, e pelo encaminhamento da Proclamação da República, que ocorreria já no ano seguinte, em 1889. Os ideais disseminados então destacavam a construção da ordem social e, em relação às crianças, discutiam-se meios visando a moldá-las para que não viessem a se tornar elementos de perturbação da ordem, mas indivíduos úteis e produtivos ao País. Assim, o problema da criança relacionava-se diretamente ao ideal republicano em desenvolvimento e, nesse contexto, os discursos produzidos oscilavam frequentemente entre a proteção da criança e a proteção da sociedade contra essa criança (RIZZINI, 2011).

Desde logo, então, percebemos que a questão principal diz respeito sobretudo ao controle das crianças pobres pelo qual seria possível gradativamente fundar uma sociedade ordeira, dado que seriam elas os adultos no futuro. Nesse momento, o trabalho é eleito como elemento capaz de formar moralmente os indivíduos pobres, incluso as crianças, solucionando o que consideravam distorções da sociedade e contribuindo para manutenção da ordem pública.

Essa noção corria paralelo às preocupações de garantir condições de vida e saúde às crianças. Com vistas à garantia destas condições, com destaque para a regulamentação do trabalho, foi criado, a partir do Decreto nº 17.943-A, em outubro de 1927, o Código de Menores. Conforme destaca Rizzini, uma das principais contribuições do Código de 1927 foi a introdução ao Capítulo IX, sobre a regulação do trabalho infantil e juvenil. A autora observa como tardou para que a questão fosse legalmente tratada a despeito de sua importância ser há muito reconhecida, o que é reforçado inclusive pela forma com é posta no referido Código. Seu artigo 108 tratava da proibição do emprego de menores com idade inferior a 12 anos, impondo também restrições rigorosas quanto aos locais, horários e pessoas que os empregassem, sob pena de multa ou prisão para os infratores. Discernia ainda acerca da jornada de trabalho, fixada para menores de 18 anos no limite de seis horas por dia.

Refletindo sobre o retardamento na regulamentação do trabalho infanto-juvenil e ao mesmo tempo a não manifestação dos setores industriais e comerciais a respeito do Código, a autora pontua:

A primeira ideia que nos ocorre é que, tendo a questão sido objeto de regulamentação desde 1891, e jamais cumprida, não se suscitava maiores preocupações. Parece-nos, também, que havia uma espécie de consenso por parte das elites sobre a necessidade de educar o jovem das classes populares para o trabalho – o que dispensava maiores elucubrações sobre o assunto. Sobre a ausência de uma reação pública por parte dos empresários, é bastante possível que, em primeiro lugar, não quisessem se expor e provocar uma “visita” a uma fábrica, uma usina ou a um estaleiro, [...] (RIZZINI, idem, p. 137-138).

Ao Código de 1927, seguiu-se, em 1934, com a nova Constituição da República, a proibição do trabalho infantil para aqueles com idade inferior a 14 anos. Mais tarde, com a Consolidação das Leis do Trabalho, regulamentou-se como remuneração a metade do salário mínimo para jovens entre 14 e 18 anos que trabalhassem. Em 1967, a nova Constituição promulgada pelo governo militar, apresenta sobre a questão alguns retrocessos, por exemplo, a idade mínima para o trabalho foi reduzida para 12 anos, mantendo-se a proibição do trabalho insalubre ou noturno aos menores de 18 anos.

Em 1979 é aprovado o Novo Código do Menor. Diferente do Código de 1927, o Novo Código de 1979 não destaca mais as condições de exercício do trabalho do menor, mas, compreendendo-os a partir da Doutrina da Situação Irregular, em oposição à Doutrina do Direito do Menor prevalente no Código anterior (VILANI, 2010), prioriza-se ações de penalização. Assim, o Novo Código substitui a figura do menor trabalhador, cujos direitos e deveres passaram a ser regidos pela CLT, pelo menor infrator. Conforme aponta Alvim e Valladares (1988, p. 11):

O novo Código de Menores é promulgado num momento em que a questão do menor ameaçava fugir totalmente ao controle da sociedade, seja pelo aumento assustador do número de crianças e jovens carentes (“pequenos bandidos” em potencial), seja pelo aumento considerável da própria delinquência juvenil no país. Procurando “acompanhar” esta realidade, o aparato jurídico reforçou seus dispositivos, exacerbando com o novo Código a punição sobre o infrator pobre.

Após a Ditadura Militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988, voltou-se a prever como limite mínimo para o início da vida de trabalho a idade de 14 anos, sendo permitido a partir dos 12 anos exclusivamente em regime de aprendizagem. Nela permaneceu a antiga proibição ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos. Com forte mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais, foi aprovada, em 1990, a Lei 8.069, que criava o Estatuto da Criança e do Adolescente que reforçava o paradigma da “proteção integral”, segundo o qual crianças e adolescentes têm direito às condições que lhes

propiciem o “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

Finalmente, dez anos após a promulgação da Constituição, por meio da Emenda Constitucional de nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a idade mínima para o trabalho foi elevada para 16 anos, permitida a aprendizagem a partir dos 14 anos.

Para a renovação iniciada a partir da Constituição Cidadã, de 1988, até a Emenda Constitucional de nº 20, cumpre-se também chamar atenção para a ação de organismos internacionais dedicados à causa do trabalho infanto-juvenil. Podemos destacar, nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que contribuíram sobretudo para inserção da discussão acerca do trabalho infantil no campo dos direitos humanos.

1.4 A agroindústria açucareira

O empreendimento canavieiro remonta ao processo de ocupação e colonização do que viria mais tarde a se constituir o Estado Brasileiro. Fruto de experiências de Portugal na ocupação de outros territórios, pôde ser desenvolvido aqui para produção de açúcar, produto, à época, rentável no comércio europeu. Este setor produtivo, no entanto, não pode ser considerado apenas do ponto de vista econômico, mas como decisivo também para a conformação social do País.

José de Souza Martins é um dos sociólogos no Brasil a expor a situação agrária nacional, resultado do modelo produtivo desenvolvido ainda durante a colonização. Em *Expropriação e violência: a questão política no campo* (1980), o autor aborda em dados gerais a concentração fundiária marcante daquele momento, que ele próprio considera como grave. A partir do Censo Agropecuário de 1975, aponta que 52% dos estabelecimentos rurais do País têm menos de 10 hectares, ocupando, no entanto, apenas 2,8% da área total de toda a terra utilizada no País. Por outro lado, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares, alcançando 42,6% da área total. Quer dizer, àquela altura, “mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase metade da terra” (MARTINS, 1980, p. 46)

Para dar melhor noção do que isso significa para as formas de uso da terra, o autor lembra ainda que os estabelecimentos considerados no Censo são aqueles dirigidos tanto por proprietários quanto por lavradores que não têm a propriedade da terra. Diante dessa

diferenciação, nota-se que de 1950 para 1975 houve um crescimento de 18,9% na quantidade de lavradores que fazia uso da terra sem de fato possuir propriedade sobre ela, situação que se agrava no caso dos pequenos agricultores tanto menores sejam os estabelecimentos. No caso daqueles com menos de 10 hectares, que correspondem a mais da metade das unidades de produção no País, constata-se que para cada lavrador proprietário há 1,3 lavradores não proprietários. “Desde 1950 vem se sagrando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra e para conseguí-la deve pagar uma renda ou invadi-la” (MARTINS, idem, p. 47).

Nesse sentido, o que ocorre é um estrutural estrangulamento da pequena agricultura por parte dos grandes empreendimentos capitalistas, que, para tanto, contam com incentivos fiscais garantidos pelo Estado, além do recurso à violência, que pode ser operada tanto por milícias particulares quanto por soldados, oficiais de Justiça e mesmo juízes (MARTINS, idem).

A situação fundiária relatada por Martins remonta ao próprio processo de colonização do Brasil, cujas bases foram o uso de mão-de-obra escravizada, a monocultura de exportação e o latifúndio. Como sintetiza Manuel Correia de Andrade, a colonização do “novo mundo” inicia o processo de unificação da economia mundial, em que

Prenunciava-se a substituição dos sistemas policultores e voltados para o consumo regional e local, por sistemas de especialização de áreas conforme as condições naturais e históricas, na cultura de certos produtos, em escala mundial e, utilizando a vantagem comparativa, voltados para o comércio internacional (ANDRADE, 1976, p. 131).

A economia açucareira que se foi constituindo a partir da colonização portuguesa foi um empreendimento de grandes proporções, contando com alta rentabilidade, elevado grau de especialização, dependência em relação a gastos monetários no processo de reposição do capital e de extensão da capacidade produtiva (equipamentos, mão de obra especializada e mão de obra escravizada etc.) e cuja produção era controlada pela demanda do mercado externo (FURTADO, 2007). Dessa forma, assim como os engenhos e as grandes propriedades de terra destinadas ao empreendimento açucareiro, os rendimentos estavam concentrados nas mãos de poucos, ainda mais porque os gastos dessa classe de proprietários eram destinados a itens de luxo importados da Europa, deixando de circular na economia da colônia.

Em virtude da dependência em relação ao mercado externo, a economia açucareira brasileira atravessou diferentes ciclos ao longo do tempo, diminuindo ou se expandindo de acordo com a concorrência e procura externa. Também os ciclos variaram nos limites do próprio

País, com as regiões apresentando desempenhos diversos em relação à capacidade de produção e exportação.

No fim do século XIX, surgiram medidas de estímulos à fundação de fábricas modernas de açúcar. É que o açúcar produzido pelos engenhos banguês, que se desenvolveram e predominaram até aí na economia açucareira nordestina, não eram mais competitivos no mercado internacional em virtude da baixa qualidade deles. A modernização da produção açucareira tornou-se, assim, um imperativo econômico. É a partir daí que surge a usina, “[...], que consistia na instalação da moderna fábrica de açúcar em terras do antigo banguê e às custas de seu proprietário; quase sempre de proprietário mais rico, às vezes possuidor de vários engenhos, mais esclarecido, e de espírito empreendedor” (ANDRADE, 1986, p. 91).

A transformação almejada com o desenvolvimento das usinas referia-se não apenas à qualidade do açúcar, mas também à ampliação da produtividade industrial, com técnicas mais eficazes de extração do açúcar da cana, e ao tamanho das unidades industriais, com capacidade produtiva superior a dos antigos engenhos (MELO, 1975). Esse momento exigiu investimentos do setor público e promoveu uma reestruturação da classe de proprietários de engenhos e plantações de cana, assim como dos trabalhadores a eles vinculados.

A usina, enquanto esse empreendimento renovador da produção açucareira, demandou a mobilização de capitais que a viabilizassem. Nesse sentido, nem todos os senhores de terra puderam modernizar seus engenhos e convertê-los em usinas. O que houve, portanto, foi uma tendência à concentração fundiária que tinha como núcleo a usina. Boa parte dos engenhos agora destinavam-se a abastecê-la. Nas palavras de Manuel Correia de Andrade,

As usinas, ao serem instaladas, dispunham de máquinas com capacidade de esmagamento superior à capacidade de produção - dentro das condições técnicas então dominantes - dos engenhos a ela vinculados, e tratavam de adquirir mais terras para atender à fome de canas de suas moendas. Adquiridas as terras sem certo planejamento, o desequilíbrio passava a proceder de forma contrária, ficando as máquinas com capacidade inferior à produção agrícola, e tratavam os usineiros de adquirir novas máquinas. Assim, ampliando as terras e as máquinas, ela ia acentuar cada vez mais a concentração fundiária (ANDRADE, 1986, p. 95).

Assim como as formas de exploração da terra foram alteradas a cada modificação dos meios de produção, como no caso do surgimento da usina em meio a até então predominância dos engenhos, modificaram-se também as relações de trabalho. Uma primeira mudança significativa está no que já foi dito sobre o papel ocupado pelos senhores-de-engenho que não lograram transformar-se em usineiros. Os antigos engenhos tornaram-se meros fornecedores de cana-de-açúcar, assumindo posição hierárquica inferior à da usina.

Entre os fornecedores há também aqueles que não são proprietários de terra, os chamados de fornecedores-rendeiros, mas a alugam a terra para exploração do plantio da cana, que posteriormente será vendida à usina. A esse respeito, Manuel Correia de Andrade (1986) menciona que a tendência, no entanto, é de a grande usina buscar cultivar terras próprias e, nesse sentido, adquirir cada vez mais terras, a fim de ampliar seus lucros também em relação à atividade agrícola, para além da industrial. Justifica-se assim que à época houvesse, segundo Andrade (1986), quem dissesse “[...] que a tendência é o banguzeiro tornar-se fornecedor-proprietário, depois fornecedor-rendeiro e, finalmente, ter de deixar a terra que possuiu e lavrou durante quase toda a vida” (ANDRADE, 1986, p. 102).

Segundo o autor, há algumas figuras dominantes no cenário da usina. Surgiu também, por exemplo, o administrador de engenho. Empregado da usina, era responsável pelas culturas feitas na área de sua reponsabilidade, recebendo por tal serviço remuneração e gratificação relativa à produção.

Persistindo no cenário usineiro, havia a figura do foreiro. Estes viviam em áreas mais distantes do engenho e produziam culturas de subsistência mediante pagamento ao proprietário das terras em que residiam. Entretanto, o cultivo da cana tornou-se, como temos visto, mais imperativo a cada possibilidade de aumento da capacidade produtiva dos empreendimentos, ameaçando a existência dos foreiros enquanto tais. A pressão era para que se tornassem trabalhadores da cana.

Havia, ainda, os trabalhadores assalariados, podendo ser de pelo menos três tipos. Os primeiros eram moradores, estes residiam em engenho ou fazendas, podendo cultivar lavouras de subsistência. Como os foreiros, serão, à medida que avança o processo usineiro, cada vez mais privados de seus cultivos, tanto pela impossibilidade de acesso à terra quanto ao tempo, agora consumidos pela atividade usineira. Com a chegada da legislação trabalhista ao campo, com o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), a usina começou a diminuir a presença de tais trabalhadores.

O segundo e predominante tipo de trabalhador rural assalariado seria o que vivia nas cidades, vilas e povoações da zona canavieira. Em geral, esses trabalhadores vinculavam-se à usina por meio do empreiteiro, que também reside nos mesmos lugares. Há, finalmente, os “corumbas”, estes são habitantes do Agreste ou Sertão e chegam à zona canavieira sempre que é tempo de colheita e moagem da cana, quando o tempo seco em seu local de origem impossibilita que trabalhem nas suas próprias culturas.

Há, além dos trabalhadores agrícolas, vasta hierarquia de trabalhadores industriais, tão especializados quanto permite a modernização dos procedimentos de produção.

2. O TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA LAVOURA CANAVIEIRA

2.1 Aspectos gerais acerca da produção levantada

Importante destacar que nesse processo, percebemos a importância do uso de termos corretos junto aos principais sites de busca. A associação dos termos “trabalho infantil” e “canavieira” foi a que mais gerou resultados na plataforma de busca do Portal de Periódicos da Capes, retornando 21 artigos, entre os quais, através da leitura de título, resumo e palavras-chave, 3 foram selecionados. Outras associações como “trabalho infantil” AND “zona canavieira” e “trabalho infantil” AND “agroindústria canavieira” também geraram resultados, mas em menor número e sem apresentar trabalhos diferentes daqueles alcançados pela primeira associação, motivo pelo qual a primeira foi definida como principal. As buscas incluíram como filtros, ainda, país de publicação (Brasil) e idioma (português).

Na plataforma da Rede SciELO, assim como na BDTD, nenhuma das associações gerou resultados específicos para trabalho infantil na cultura canavieira. Assim, a principal forma de levantamento bibliográfico a respeito do trabalho infantil na agroindústria canavieira foi a seleção de referências contidas nos poucos trabalhos encontrados antes ou através das buscas nas bases do Portal de Periódicos da Capes. No total, 12 trabalhos foram escolhidos para compor o conjunto a ser analisado.

Tal escolha foi em alguns momentos dificultada pelo escopo a ser definido e seguido. Nas bases de dados mencionadas houve muitos resultados para trabalho infantil na atividade agrícola em geral, em que a cultura canavieira era apresentada junto a outras. Da mesma forma, pudemos encontrar muitos trabalhos sobre a cultura canavieira, mas que passavam apenas brevemente pelo trabalho infantil aí empregado. Assim, nem todos os trabalhos selecionados aqui tratam unicamente do trabalho infantil nos sistemas produtivos desenvolvidos a partir da cana-de-açúcar, mas levantam algum aspecto que consideramos importante para o aprofundamento do tema. Por isso mesmo, este trabalho não pretende ser representativo de toda a produção sobre o tema, mas cumprir a tarefa de construção de um quadro, ainda que inicial, com aspectos e questões relevantes sobre a presença de crianças e adolescentes na produção canavieira e para o desenvolvimento de pesquisas que a tematizem.

2.2 Pesquisas por ordem cronológica

Nesta subseção, apresentaremos todos os trabalhos reunidos segundo a ordem cronológica de publicação por décadas, para, mais adiante, propor formas de classificação deles. Entretanto, é importante destacarmos que a data de publicação nem sempre coincide com o período em que as pesquisas de cada trabalho foram realizadas, de modo que a realidade retratada por elas não necessariamente corresponde àquela do momento da publicação.

2.2.1 Pesquisas publicadas nos anos 1980

O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro foi publicado no ano de 1981 e é resultado do caderno de campo que o sociólogo francês Robert Linhart produziu durante viagem ao Brasil. Na ocasião, Linhart acompanhava a volta de Miguel Arraes a Pernambuco, quando o ex-governador do estado retorna do exílio que lhe fora imposto pela Ditadura Militar. Tratava-se do ano de 1979 e, segundo o autor, as circunstâncias davam oportunidade de uma pesquisa no campo, no interior do País. Durante a viagem, Linhart registra o que pôde observar e colher nas entrevistas que realizou na cidade de Princesa Serrana, localizada na Zona da Mata Norte pernambucana, região açucareira. Esse trabalho, portanto, não diz respeito exclusivamente, ou mesmo aprofunda, à questão do trabalho infantil na agroindústria canavieira, mas chama atenção a quantidade de vezes em que sua presença é mencionada, sobretudo na primeira parte.

O artigo da socióloga Maria Ignez Paulilo: *O peso do trabalho leve*, foi publicado no ano de 1987, no periódico *Ciência Hoje*. Nesse trabalho, Paulilo não trata apenas do trabalho infantil na cultura canavieira, mas do trabalho de crianças e mulheres em diferentes culturas agrícolas, ou mesmo em outras atividades produtivas, em mais de uma região do País. Com foco na divisão do trabalho entre os integrantes do grupo familiar, a autora observa que as funções atribuídas às mulheres e crianças são consideradas “leves” precisamente por serem executadas por esses atores. Quer dizer, a classificação em “leves” ou “pesadas” não é regida por alguma natureza própria às atividades, mas pela posição ocupada por aqueles que as desenvolvem na hierarquia familiar.

2.2.2 Pesquisas publicadas nos anos 1990

Localizei nos Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, o trabalho da socióloga Teresa C. W. Correa Araújo: *Os trabalhadores invisíveis*: crianças e adolescentes dos

canaviais de Pernambuco, publicado em 1994. Como informa a autora, esse trabalho deriva de uma pesquisa realizada pelo Centro Josué de Castro entre crianças e adolescentes na Zona da Mata de Pernambuco. Por meio de pesquisa de campo, realizada entre os meses de setembro de 1992 e março de 1993 e que contou com aplicação de questionários, foram investigadas as condições de trabalho, educação e saúde dessas crianças e adolescentes.

Publicado em 1997 no periódico *Informações Econômicas*, o artigo *O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde* é de autoria de Neiry Alessi e Vera Navarro, ambas têm bacharelado em Ciências Sociais e são, respectivamente, Profa. Assistente Dra. Do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Profa. Assistente do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto (USP). Para além dos problemas de saúde decorrentes da própria natureza do trabalho do corte da cana-de-açúcar que afetam todos os trabalhadores, independente de gênero e idade, as autoras destacam, a partir de relatórios de exames clínicos realizados em municípios do Estado de São Paulo⁶ e da Paraíba⁷, outros impactos à saúde específicos a crianças e adolescentes que trabalham nos canaviais.

Publicado no *Cadernos de Estudos Sociais* em 1998, o artigo da geógrafa Emília Moreira e do economista Ivan Targino, intitulado *O trabalho infanto-juvenil na agricultura paraibana: o caso da lavoura canavieira*, pretende apreender os fatores determinantes para inserção da população infanto-juvenil no trabalho agrícola da cana, bem como as formas pelas quais se dá e seus desdobramentos sobre as condições de vida e saúde dos trabalhadores em questão. O estudo conta com pesquisa realizada na Zona da Mata paraibana, então principal subunidade espacial da zona canavieira do Estado; trabalho de campo com aplicação de questionários e realização de entrevistas; levantamentos de dados secundários junto à IBGE (Censos Agropecuários e Demográficos da Paraíba, Anuário Estatístico do Brasil, Produção Agrícola Municipal e PNAD) e à Sudene. A população investigada foi composta por menores entre 7 e 17 anos do sexo masculino, que se encontravam tanto junto às suas famílias quanto alojados em galpões no interior das propriedades de Usinas e Destilarias.

Publicado na segunda edição do livro organizado pela historiadora Mary Del Priore: *História das Crianças no Brasil*, em 1999, o capítulo de autoria das historiadoras Ana Dourado e Christine Dabat e da socióloga Teresa Corrêa de Araújo, intitulado *Crianças e adolescentes*

⁶ CENTRO DE SAÚDE ESCOLA DA FACULDADE DE MEDICINA. **Relatório sobre padrões de desgaste da força de trabalho infanto-juvenil no corte da cana-de-açúcar.** Ribeirão Preto, 1996. Mimeo.

⁷ MOREIRA, Emília de R. F. (Coord.). **Os caras pintados de suor e da fuligem da cana:** um estudo das condições de vida, saúde e trabalho dos canavieiros mirins da cana. João Pessoa: UFPB, 1995. (Relatório Final de Pesquisa).

nos canaviais de Pernambuco aborda um breve histórico do uso da força de trabalho infanto-juvenil nos canaviais em Pernambuco, apontando as condições de vida e de trabalho dessa população, mas também as mobilizações da sociedade, especialmente dos trabalhadores da cana, e as conquistas no campo da legislação que pouco a pouco foram promovendo visibilidade e garantias ao trabalho no campo e às crianças e adolescentes. O trabalho conta com trechos de entrevistas realizadas em diferentes momentos por Christine Dabat ⁸ e Teresa Corrêa de Araújo⁹.

2.2.3 Pesquisas publicadas nos anos 2000

Por sua vez, o artigo da antropóloga Delma Pessanha Neves, publicado em 2001 na Revista de História Regional, analisa a incorporação do trabalho infantil no contexto de industrialização da agricultura por que passou o empreendimento canavieiro e em que a principal forma de vinculação dos trabalhadores passou a ser o assalariamento. Sua análise é guiada para a apreensão dos efeitos intergeracionais do trabalho infantil entre trabalhadores rurais da agroindústria sucro-alcooleira. Além disso, a pesquisa¹⁰ é geograficamente situada “numa das mais antigas regiões produtoras de açúcar e álcool, constituída desde o século XVIII” (p. 152), no Estado do Rio de Janeiro, em que estima haver 7.340 crianças, entre 7 e 14 anos.

O artigo de Maurício Roberto da Silva, pesquisador na área da Educação, *Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da zona da mata canavieira pernambucana*, publicado nos Cadernos CEDES em 2002, é elaborado a partir de sua tese de doutorado¹¹ e pretende investigar a cultura do trabalho e a ludicidade, enquanto aspecto de resistência, das meninas e mulheres que, então, trabalham na região açucareira pernambucana.

Em sua tese de doutorado, defendida em 2003, intitulada *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco*, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais, a historiadora

⁸ Entrevistas realizadas durante pesquisa de doutorado (Tese: *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco*, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais).

⁹ Entrevistas realizadas no contexto da pesquisa promovida pelo Centro Josué de Castro.

¹⁰ NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**. Niterói: Intertexto, 1999.

¹¹ SILVA, Maurício Roberto da. **O assalto à infância no mundo da cana-de-açúcar: onde está o lazer? O gato comeu?** Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado).

Christine Dabat dedica um capítulo à questão do trabalho de crianças e jovens na cultura canavieira que investiga através da memória de trabalhadores. Em *Memórias de infância nos canaviais*, Dabat registra e analisa entrevistas com trabalhadores que foram crianças entre os anos de 1930 e 1950, para, assim, traçar “um perfil do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco segundo os próprios atores” (DABAT, 2003, p. 386).

2.2.4 Pesquisas publicadas nos anos 2010

Na dissertação de mestrado *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*, defendida em 2012, o historiador José Marcelo Marques Ferreira Filho dedica um capítulo à análise dos efeitos do baixo nível salarial e das longas jornadas de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. O autor lança mão de relatórios técnicos dos profissionais de nutrição e medicina realizados a partir de estudos com canavieiros e da análise de 6.290 prontuários médicos de pacientes internados no Hospital Barão de Lucena (conhecido como “Hospital das Usinas”) entre os anos de 1963 e 1973. Dentre esses prontuários médicos, há aqueles que pertencem a crianças com até 10 anos de idade: 602, e entre 11 e 15: 350. A partir da classificação das crianças no grupo daqueles mais vulneráveis, como idosos e gestantes, o autor destaca os serviços que representavam mais riscos para esse grupo, bem como os acidentes e problemas de saúde mais frequentes.

O segundo artigo de Maurício Roberto da Silva, *Trama doce-amarga: afinal, acabou a exploração do trabalho infantil no campo canavieiro de Pernambuco?* Questiona as interpretações de dados oficiais segundo as quais houve diminuição ou erradicação do trabalho infantil na zona canavieira pernambucana. O trabalho foi publicado no ano de 2012 no periódico científico Trabalho & Educação.

Finalmente, voltamos à dissertação *Trabalho infanto-juvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)*, de Diognnys Estevam (2019), mencionada já na introdução desse trabalho. O autor trabalha a partir dos autos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), disponíveis no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH\UEPB), para analisar as ações judiciais acionadas por menores e seus representantes contra seus empregadores nos anos de 1987 a 1990. Os processos analisados dizem respeito tanto ao "trabalho no campo" (meninos: ajudante geral, agricultor, corte de cana, trabalhador braçal, trabalhador rural, vigia; meninas:

safrista, trabalhadora rural) quanto ao "trabalho urbano" (meninos: ajudante de comércio, auxiliar metalúrgico, cobrador, gari, lenhador, trabalhador braçal, servente; meninas: comerciária), e, ainda, "trabalho no setor público" (meninos: auxiliar administrativo; meninas: atendente de enfermagem, merendeira, professora, regente auxiliar).

2. 3 Classificação do material

Para uma primeira classificação da produção selecionada, tomamos por referência aquela empregada por Rosilene Alvim e Lúcia Valladares em *Infância e sociedade no Brasil: uma análise de literatura*¹², um levantamento acerca da produção científica que tematiza a infância no Brasil até a década de 1980.

Nesse sentido, a primeira possibilidade de classificação do material reunido diz respeito ao tipo de produção. Elencamos 6 artigos publicados em periódicos científicos nacionais (PAULILO, 1987; ALESSI; NAVARRO, 1997; MOREIRA; TARGINO, 1998; NEVES, 2001; Silva, 2002; Silva, 2012), 1 capítulo de livro (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999) e 1 livro (LINHART, 1981), 1 relatório de pesquisa (ARAÚJO, 1994) e, finalmente, 1 tese de doutorado (DABAT, 2003) e 2 dissertações de mestrado (FERREIRA FILHO, 2012; ESTEVAM, 2019), conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição da literatura por tipo de publicação

TIPO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE
Artigos em periódicos científicos	6
Livro ou capítulo de livro	2
Relatório de pesquisa	1
Teses e dissertações	3
Total	12

Na sequência, podemos localizar os trabalhos a partir da região a que suas respectivas pesquisas se relacionam. Desse modo, temos 7 trabalhos que se referem ao Estado de Pernambuco (LINHART, 1981; ARAÚJO, 1994; DOURADO, DABAT E ARAÚJO, 1999; SILVA, 2002; DABAT, 2003; FERREIRA FILHO, 2012; SILVA, 2012), 2 ao da Paraíba (MOREIRA E TARGINO, 1998; ESTEVAM, 2019), 1 ao Rio de Janeiro (NEVES, 2001) e 2

¹² ALVIN, Rosilene; VALLADARES, Lúcia. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 26, pp. 3-37, 2º semestre 1988.

ao Brasil de maneira mais ampla (PAULILO, 1987; ALESSI E NAVARRO, 1997), como se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da literatura por *locus* de referência

LOCUS DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Pernambuco	7
Paraíba	2
Rio de Janeiro	1
Brasil	2
Total	12

A produção levantada pode ainda ser classificada segundo as temáticas abordadas pelos trabalhos. Assim, conforme a Tabela 3, o principal tema abordado no conjunto dos trabalhos foi o das condições de vida e de trabalho de crianças e adolescentes que vieram a integrar a força produtiva empregada na produção canavieira.

Tabela 3 – Distribuição da literatura por temas e períodos

Temas	Década de 80	Década de 90	Anos 2000	2011 a 2019	Total
Condições de vida e de trabalho	1	3	1		5
Efeitos sobre a saúde		1		1	2
Efeitos intergeracionais			1		1
Hierarquia das tarefas agrícolas e domésticas	1		1		2
Luta por direitos				1	1
Dados estatísticos oficiais				1	1
Total	2	4	3	3	12

De maneira geral, os trabalhos de Linhart (1981), Araújo (1994), Moreira e Targino (1998), Dourado, Dabat e Araújo (1999) e Dabat (2003) desenvolvem a questão a partir da investigação dos fatores que respondem pelo trabalho infanto-juvenil na atividade canavieira para, adiante, exporem as condições em que esse trabalho se realiza, no que diz respeito, por exemplo, a tipos de atividades desenvolvidas e formas de remuneração, concluindo com as repercussões desse conjunto, que envolve inserção precoce e condições precárias de trabalho, sobre saúde, escolarização e o futuro dos trabalhadores. Os trabalhos de Alessi e Navarro (1997) e Ferreira (2012) aprofundam o recorte dos efeitos sobre a saúde.

Embora pudesse ser classificado também no tema das condições de vida e de trabalho, o artigo de Neves (2001) foi categorizado a partir da centralidade posta pela autora nos efeitos intergeracionais do trabalho infantil, na medida em que ele constituiria um dos fatores que faz da pobreza um legado familiar. As questões de gênero e de idade no interior das relações familiares são destacadas no trabalho de Paulilo (1987) para confrontar a categorização usual das atividades enquanto “leves” ou “pesadas” e, portanto, o status atribuído ao trabalho realizado por mulheres e crianças. As questões de gênero também são abordadas no trabalho de Silva (2002), na medida em que acompanha a trajetória de meninas e de mulheres, e mesmo a ludicidade, termo usado pelo autor, enquanto elemento de resistência face ao trabalho das mesmas na cultura canavieira, é resultado deste recorte, portanto, é aqui classificado também no subtema da hierarquização das tarefas no interior do grupo familiar.

Além da análise de ações trabalhistas, na dissertação de Estevam (2019), há um esforço no sentido de mapear os movimentos sociais para a constituição dos direitos que deram lastro às reclamações trabalhistas, por isso sua classificação no tema de luta por direitos. Por último, Silva (2012) inquirir as interpretações de dados estatísticos oficiais que apontam para diminuição ou mesmo erradicação do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco. Nesse sentido, foi classificado segundo a temática de dados estatísticos oficiais.

Resta, por ora, distribuir tais trabalhos segundo temas e área acadêmica do(a) autor(a) da produção, como organizado na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição da literatura por temas e área acadêmica

Temas/Área	Sociologia	Antropologia	História	Educação	Geografia\Economia	Total
Condições de vida e de trabalho	2		2		1	5
Efeitos sobre a saúde	1		1			2
Efeitos intergeracionais		1				1
Hierarquia das tarefas agrícolas e domésticas	1			1		2
Luta por direitos			1			1
Dados estatísticos oficiais				1		1
Total	3	2	4	2	1	12

3. PRINCIPAIS SUBTEMAS DE TRABALHO INFANTIL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PUBLICADOS NO BRASIL DE 1980 A 2019

As produções acerca do trabalho infantil na cultura canavieira elencadas permitem iniciar uma discussão sobre o emprego dessa força de trabalho no referido setor. Não há a intenção de cobrir todos os aspectos pesquisados até então ou concluir as questões sobre o tema, mas buscar caracterizá-lo a partir dos aspectos tratados nas produções trabalhadas, construindo subsídios para a continuidade das pesquisas.

Com esse objetivo, buscaremos então expor mais detalhadamente os trabalhos explorados, expondo os recortes teóricos e metodológicos adotados, bem como seus resultados a partir dos temas em que foram aqui classificados. Desse modo, podemos tecer um quadro que nos informe sobre a história da presença de crianças e adolescentes no sistema produtivo que teve como matéria prima a cana-de-açúcar, as características dessa inserção e suas consequências para os trabalhadores rurais do setor, crianças e adultos. Sem deixar de considerar os atributos diferenciadores dos entes familiares no interior de seu próprio grupo.

3.1 Condições de vida e de trabalho

Entre os 12 trabalhos reunidos, 5 versam de forma ampla sobre as condições de vida e de trabalho da população infanto-juvenil envolvida no processo produtivo do setor canavieiro. Buscam, nesse sentido, explorar as razões, formas e consequências dessa inserção.

No trabalho de Robert Linhart, destaca-se, sobretudo, a presença de crianças em diversos momentos do cotidiano dos trabalhadores na região canavieira de Pernambuco. O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro foi publicado no ano de 1981 e é resultado do caderno de campo que o autor produziu durante viagem ao Brasil. Como já mencionado, nessa ocasião, Linhart acompanhava a volta de Miguel Arraes a Pernambuco, quando o ex-governador do estado retorna do exílio que lhe fora imposto pela Ditadura Militar.

O curto mandato de Miguel Arraes foi marcante porque nele ocorreram mudanças significativas para os trabalhadores do campo na região. Além das medidas que resultaram em aumento significativo no poder de compra dos trabalhadores da cana de açúcar, Arraes

intensificou a aplicação de direitos trabalhistas, retirando a polícia de conflitos envolvendo agricultores e senhores de terras e promovendo a organização de cooperativas, alfabetização e escolarização, assembleias de base dentre outras iniciativas. Nesse sentido, Linhart se interessa pelo que o governo militar foi capaz de produzir na região a partir da realidade que vinha sendo construída e que fora interrompida pelo golpe. Muitas de suas dúvidas dizem respeito, portanto, à questão de saber como a condição dos trabalhadores locais evoluiu a partir do golpe de 1964.

A partir da observação e das conversas que trava com trabalhadores, membros do sindicato, advogados e outros, Linhart constata a generalização da fome entre os trabalhadores rurais. Tal fome resulta do processo de generalização da cultura da cana sobre todo o território possível e a despeito das necessidades dos trabalhadores. Diz-se sempre: a cana invadiu tudo, expropriando dos trabalhadores as terras em que cultivavam suas culturas de subsistência, assim como o tempo que dedicavam a outras atividades.

É nesse contexto que Linhart percebe em diversos momentos a presença de crianças. Em cada um desses registros, pontuá-la parece atestar a brutalidade das condições de exploração. Já no barracão, estabelecimento localizado nas terras da usina e onde os trabalhadores compram itens básicos de consumo, muitas vezes endividando-se, vê algumas delas portando a “pequena foice dos cortadores de cana” (LINHART, 1981, p. 15); nos canaviais, registra o trabalho dessas crianças, seja como acompanhante de familiares, seja individualmente; e um dos fatores que pessoas da região, como o dono de uma barbearia ou um dos empregados do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas, mencionam para convencê-lo a ver a partida de caminhões com trabalhadores diaristas da cidade para os canaviais é a presença, também aí, de crianças. Assim, enuncia o barbeiro em questão:

De manhã, às cinco horas, há grande ajuntamento de clandestinos em lugares marcados para ir trabalhar. Vão lá vê-los, vocês verão muitas crianças de dez ou menos. Há pais que levam três crianças. Estes caminhões são perigosos. Há muitos acidentes, mortos, aleijados. Ontem, um menino aleijado por causa de um destes acidentes de caminhão passou por aqui para pedir esmola. Um caminhão leva às vezes cem pessoas, e eles dirigem como loucos” (LINHART, *idem*, p. 18-19).

Tal fala coaduna com a de um trabalhador do sindicato:

[...]. Esta viagem de caminhão, pela manhã, é uma coisa impressionante. Veem-se crianças de doze anos ou menos sair para cortar cana. Muitas crianças ficam mutiladas durante este trabalho, corte nas mãos, dedos decepados. E eles nada podem fazer na justiça, porque as crianças de menos de treze anos não têm o direito de trabalhar! Na família dos diaristas, se há 10 crianças, as meninas usam uma calcinha, os meninos uma camisa. É só. Não têm nada, nada” (LINHART, *idem*, p. 22).

Finalmente, na viagem indicada, o pesquisador testemunha o que lhe foi dito. Nesse momento, apontando para uma criança, pergunta “Que idade tem ele?”, no que o trabalhador responde “Quinze anos”. “Há quanto tempo ele trabalha”, continua Linhart. “Há 3 anos. Há muitos meninos que não podem com o instrumento e que o pai obriga a trabalhar”, conclui.

Um dos últimos momentos destacados por Linhart é o da assembleia, onde se pretende votar uma greve geral dos trabalhadores do campo. Aí, pela primeira vez, Linhart se dirige a uma das tantas crianças que nota no local:

Alguns meninos querem votar. ‘Que idade vocês têm?’ pergunta Miguel, o presidente. Eles têm quatorze, quinze anos. ‘Muito jovens. É preciso ter dezoito anos, pela lei. Mas a presença de vocês é importante’. Os meninos ficam decepcionados. Pergunto se querem fazer greve. Eles balançam a cabeça, sim, querem. Estes meninos que a lei rejeita, privados de escola, ameaçados de doenças são os primeiros a distribuir os panfletos, a propagar as notícias, a correr de um ponto a outro ao menor movimento. Pequenos proletários de dez, doze, catorze anos” (LINHART, *idem*, p. 80).

O sociólogo francês, portanto, concentra-se em expor as condições em que se encontra a vida dos trabalhadores rurais do setor da produção canavieira após o fim da ditadura. Conta as condições de extrema exploração que relega à fome a população em questão, bem como ao trabalho precário e generalizado a ser realizado por todos os integrantes do grupo familiar, de qualquer gênero e idade.

Tal presença pode ser aprofundada nos trabalhos de Teresa Correa Araújo, Christine Dabat e Ana Dourado, ainda sobre Pernambuco, e no de Emília Moreira e Ivan Targino, para a Paraíba.

Quando da pesquisa realizada por Teresa Correa Araújo e que resultou em Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco (1994), a Zona da Mata de Pernambuco, onde está localizada a plantation canavieira no estado, era composta por 52 municípios, alcançando aproximadamente 1.540.000 de hectares de terra, onde 81,42% da área cultivada era ocupada pela cana de açúcar. Quanto à população, contava-se cerca de 1.523.431 habitantes, dos quais 510.301 (33,49%) eram crianças e adolescentes com idade entre 07 e 17 anos. Segundo estudo preliminar realizado pelo CJC no ano de 1991, “25% da força de trabalho empregada na atividade canavieira da região, são crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos” (ARAÚJO, 1994, p. 260).

Para a pesquisa, a amostra constituída tomou por base todos os municípios e domicílios existentes na zona canavieira, e as principais variáveis abordadas estão relacionadas a condições de trabalho, saúde e educação. Para colher os dados necessários, houve aplicação de

questionários específicos para chefes de domicílios, crianças e adolescentes trabalhadores da zona canavieira e não trabalhadores.

Assim, as condições de trabalho foram definidas a partir de aspectos como a idade de início na atividade produtiva; os motivos de ingresso no mercado de trabalho; o tipo de ocupação inicial e a natureza do trabalho que estava sendo executado no momento da realização da pesquisa; o salário recebido; o tipo de vínculo empregatício; as orientações recebidas em relação ao uso dos equipamentos e sobre a segurança do trabalho em geral; as expectativas do trabalhador em relação à sua atividade profissional e em relação ao seu próprio futuro. Já as condições de saúde foram identificadas a partir dos sintomas de doenças profissionais; de acidentes de trabalho; e do tipo de assistência médica prestada aos trabalhadores. Finalmente, acerca do processo de escolarização, a pesquisa buscou identificar o perfil do aprendizado destes jovens através dos períodos de frequência à escola; do número médio de anos de escolaridade; das séries cursadas; do rendimento obtido; e das expectativas em relação à permanência na escola.

Nesse sentido, as condições de vida dos trabalhadores puderam ser aferidas sobretudo a partir dos dados da média de pessoas por família, da renda domiciliar per capita e do valor, então, da “Ração Essencial Mínima”. Uma vez que a média de pessoas por família seria de aproximadamente 7 e a renda domiciliar per capita corresponderia, no período da pesquisa (janeiro de 1993), a um terço do salário mínimo, isto é, 23 dólares, ou ainda 58,63% do valor da “Ração Essencial Mínima” por pessoa, conclui-se que os salários recebidos a partir da atividade canavieira sequer poderiam fazer frente às necessidades alimentícias da maioria das famílias dos trabalhadores da cana, de modo que a população pesquisada se situava abaixo da linha da pobreza, vivendo, portanto, uma “situação característica de indigência” (ARAÚJO, *idem*, p. 262).

A respeito das condições de trabalho dos menores em questão, a autora destaca dois pontos, quais sejam, a jornada de trabalho e os índices de acidentes ocorridos. No caso do primeiro aspecto, registra-se na região uma jornada de 44 horas semanais para as crianças, ainda mais acima de suas possibilidades quando levado em conta o nível de esforço requerido pelas atividades desenvolvidas. Isto contribui para as estatísticas relacionadas ao segundo aspecto. Na amostra de crianças trabalhadoras pesquisadas, cerca de 57% já haviam sofrido acidente de trabalho, neste universo, em 86,23% dos casos, o principal instrumento causador foi a foice. Apesar dos números consideráveis, tais acidentes não são, em geral, registrados.

Além disso é característico do setor o ingresso precoce de trabalhadores. Entre as crianças que trabalhavam, 91,27% começaram a trabalhar entre 07 e 13 anos de idade. Esta não é uma novidade para os trabalhadores rurais do setor na região, a partir de questionário aplicado entre os chefes de domicílio, a autora localizou que 84,42% dos trabalhadores adultos iniciaram no corte da cana na mesma faixa etária. A precocidade de ingresso na atividade produtiva não seria, portanto, uma situação conjuntural, mas uma situação estrutural que compromete várias gerações no que se refere a qualquer perspectiva de mobilidade social ascendente. A principal motivação constatada entre os pesquisados para esse ingresso precoce refere-se à necessidade de ajudar na manutenção da família.

Quanto ao tipo de vínculo empregatício, basicamente todas as crianças e adolescentes que trabalham na cana de açúcar o fazem na condição de clandestinos, isto é, sem qualquer vínculo legal com a empresa, já que, segundo as leis vigentes, tal trabalho não poderia ocorrer. Há que se notar ainda que àquela altura, a questão do trabalho de crianças e adolescentes não era levantada como um problema específico pelas lideranças sindicais. Naquele momento, o trabalho dos menores não era considerado à parte da questão maior das condições de sobrevivência, e as reivindicações encaravam o trabalho familiar como um todo.

Para dimensionar a relevância desse trabalho de crianças e adolescentes no conjunto daquele desenvolvido pelo grupo, a autora identifica a remuneração e a participação dessa atividade laboral na renda família. De partida, é constatada que a maioria dos chefes de família recebe até um salário mínimo. Quanto às crianças, a maioria dentre aquelas pesquisadas tem sua remuneração agregada à do grupo familiar, dentre as diretamente remuneradas, 34,92% recebem até meio salário mínimo e apenas 7,5% conseguem ganhar um salário completo. Considerando então as duas formas de remuneração, direta e indireta, foi constatada que em 40% dos domicílios, tal contribuição pode alcançar entre 30% e 50% da renda total auferida pela família. Assim, o trabalho de crianças e adolescentes pode mesmo ser visto a partir de uma estratégia de sobrevivência da família, principal motivação alegada.

No contexto do universo pesquisado por aquela essa pesquisa, 59% dos jovens entre 07 e 17 anos não sabiam ler nem escrever, reproduzindo, assim, o índice de analfabetismo entre os chefes de domicílio, que chegava então a uma média de 75%. As difíceis condições de sobrevivência, a inadequação das escolas quanto aos currículos, infraestrutura e calendário letivo, tornavam quando não inviáveis as condições objetivas de permanência na escola, reduzido o nível de aproveitamento escolar: 52% das crianças com 10 anos de idade ou mais, permaneceram na escola por um período de 03 a 05 ou mais anos e não conseguiram aprender

a ler. Por esses motivos, a escola, em muitas respostas colhidas pela autora, foi objeto de pouca expectativa de crianças e adultos quanto à possibilidade de melhoria das suas condições de vida.

Em síntese, a autora constata que o trabalho desenvolvido por crianças e adolescentes na produção canavieira tem promovido a degradação física, psíquica e intelectual delas, gerando, ainda, o que chama de ciclo de “oportunidades perdidas”, na medida em que o trabalho anula as possibilidades de desenvolvimento dessas crianças, impedindo além do mais uma outra formação profissional. Nota, ainda, como estão situadas numa encruzilhada entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Legislação Trabalhista, de modo a não serem assistidas por qualquer uma delas, nem na proibição ao trabalho infantil nem na regulamentação da atividade que realizam, estando, portanto, numa situação de completa invisibilização. Considera, finalmente, que esta situação se caracteriza como de risco dada à exclusão da possibilidade de construção cidadã, por meio do não acesso à educação, do elevado índice de acidentes sofridos pelas crianças por causa de trabalhos inadequados a suas idades, e ainda pela condenação destes jovens a uma expectativa de vida que se situa, em média, em torno de 46 anos.

Diante disso, a pesquisa propõe, junto ao Centro Josué de Castro, a implantação urgente de políticas compensatórias para essas crianças trabalhadoras, embora compreenda que o fundamental é discutir a reversão do arcaico modelo de produção dominante na área de plantação da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil, cuja relações de trabalho não são capazes de garantir condições mínimas de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora.

Esse trabalho, e conforme pretendia a autora e o Centro Josué de Castro, foi importante para a visibilização das condições de vida e de trabalho de crianças e adolescentes das famílias de trabalhadores rurais da zona canavieira pernambucana, como relata o capítulo Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco, publicado, na segunda edição da coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priore História das crianças no Brasil, por Christine Dabat, Ana Dourado e a própria Teresa Corrêa de Araújo.

Uma das questões centrais aí, para além da descrição das condições de vida e de trabalho, diz respeito, por um lado, à constituição do trabalho infantil na lavoura canavieira de então como uma herança colonial. Por outro lado, as autoras destacam como as percepções em torno desse trabalho transformaram-se no interior do movimento dos trabalhadores rurais e na sociedade civil em geral, a partir, sobretudo, dos movimentos sociais que conduziram à formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e do movimento da mídia pela visibilização e denúncia das condições de trabalho em que viviam muitas crianças e adolescentes no País no começo dos anos 1990.

Em primeiro lugar, pontua-se, portanto, como o trabalho infantil não aparecia entre as pautas das organizações de trabalhadores rurais como diferenciado do trabalho desenvolvido pelos adultos. Na verdade,

O trabalho das crianças era visto como parte integrante da força de trabalho familiar. Sendo comuns a exploração e a miséria, sofridas igualmente por todos os membros das famílias canavieiras, as lutas e as reivindicações o eram também. Presentes nas assembleias, passeatas e piquetes de greve, as crianças e os adolescentes eram considerados parte integrante da classe trabalhadora, sem distinção (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999, p. 493).

Já na dimensão nacional, de órgãos públicos à sociedade civil em geral, a negligência para com a situação das crianças trabalhadoras da zona canavieira é antecédida pela negligência dirigida à própria classe trabalhadora rural.

Parte considerável das dificuldades presentes no enfrentamento do trabalho infanto-juvenil no campo reside, segundo análise das autoras, no passado escravocrata do País. A lógica que rege o emprego de crianças e adolescentes na zona canavieira guarda, então, similaridade com aquela utilizada na compra de jovens escravizados pelos senhores de engenho e que tinha por objetivo a maior força física e uma vida produtiva mais longa que poderia ser representada pelos mais jovens. Aliada, portanto, às vantagens produtivas oferecidas fisicamente pela mão de obra jovem, subsiste a noção base de tornar o outro coisa própria. Se a humanidade foi negada às populações africanas escravizadas no Brasil, muito menos haveria a possibilidade de considerar uma ideia de infância que livrasse os mais novos da exploração sistemática empreendida no processo produtivo açucareiro desde a colonização.

Compreende-se assim, em parte, a falta de fiscalização efetiva, apesar da existência de leis proibitivas do trabalho infantil; a negação de condições básicas de alimentação, moradia, saúde, educação e garantias trabalhistas, além do acesso à terra; fatores que conjugados contribuem mutuamente para manutenção do emprego da força de trabalho infanto-juvenil.

Há, portanto, uma estrutura, baseada na grande lavoura e no monopólio da terra, que tem sido preservada desde o período colonial e que aprisiona um contingente considerável da população na miséria, obrigando a todos à venda, em péssimas condições, de sua força de trabalho.

Quanto à escolarização, a situação é de elevado índice de analfabetismo, que atinge então cerca de três quartos da população rural. Até os anos de 1970, os filhos de trabalhadores rurais da zona canavieira não tiveram acesso à rede pública de ensino e a aprendizagem reduzia-se a assinatura do nome através da iniciativa privada de alguns. Mesmo com a chegada do

ensino público nas zonas rurais, a situação permanece ainda precária, já que as condições de vida obrigavam ao trabalho, difícil de conciliar com os estudos, e quando o esforço superava por algum tempo as dificuldades, a escola se mostrava de pouca qualidade ou incompatível com a realidade dos alunos, dificultando a permanência e o aprendizado.

A vida dessas crianças fora reduzida, portanto, ao trabalho na cana. Em vista dessa realidade, as aspirações dos pais para os filhos são baseadas numa mudança em relação às suas próprias vidas. Boa parte dos entrevistados tem ambições urbanas, porque apenas na cidade haveria possibilidade de acesso à formação educacional que os proporcionasse melhor emprego, como o de “doutor”, bancário, funcionário público, professora. Poucos consideram um futuro rural, e apenas na condição de agricultor autônomo.

Apesar disso, não se iludem pelo emprego urbano, mesmo que as cidades ofereçam maiores possibilidades de acesso à escola e a serviços médicos, a migração para as grandes cidades implica um processo de desintegração da família e com isso da proteção e orientação do grupo, para se expor muitas vezes a outras condições precárias, nem sempre ganhando mais ou tendo condições de realizar os sonhos de estudo.

Portanto, para alguns, o melhor seria poder permanecer junto aos seus com terra para plantar e viver. Se possível, conciliar as aspirações, podendo estudar e formar-se para melhor trabalhar na terra.

Naquele momento, as expectativas para as crianças e adolescentes da Zona da Mata de Pernambuco vinham sendo estimuladas pelas políticas públicas de combate ao trabalho infantil, em benefício do acesso à escola, como o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Tais políticas foram resultado da mobilização da sociedade civil que resultou na concepção de infância e de adolescência presente no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990. Além da visibilidade que a mídia passa a dar às condições de vida de milhões de trabalhadores entre 10 e 16 anos submetidos a precárias condições de trabalho, a partir de 1993.

Embora haja comprovada melhoria na vida das famílias assistidas por tais programas em Pernambuco, os autores defendem que eles não sejam suficientes, porque apenas aliviam a situação de miséria e não são sustentáveis a longo prazo sem mudanças estruturais que possam atender a todos. De outro lado, no que se refere às crianças que trabalharam no corte da cana-de-açúcar, desejam continuar frequentando a escola, mas tecem críticas a mesma, na medida que ela não atende às expectativas quanto a qualidade e não as prepara para o mercado de trabalho da região.

A descrição do cotidiano do trabalho feita no capítulo analisado até aqui é feita em grande medida pela recuperação promovida por Dabat a partir das memórias dos trabalhadores. Assim, ela propõe o resgate do trabalho infantil na lavoura canavieira, também em Pernambuco, a partir das lembranças de infância dos trabalhadores que entrevistou. *Memórias de infância nos canaviais* é um subitem do capítulo “A ‘morada’ na experiência dos moradores”, parte de sua tese de doutorado intitulada “Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais”. Tais memórias são incluídas no trabalho porque, segundo argumenta a autora, constituem parte primordial da experiência e da formação dos trabalhadores canavieiros, além de revelar uma dimensão característica da organização capitalista da produção canavieira na qual estavam inseridos, qual seja, a de recrutar todos, moldando com abrangência toda a vida das populações envolvidas.

Embora muito diversas, segundo a origem geográfica, o estatuto dos pais, a história de família, o acesso ou não à terra e a época em que nasceram os entrevistados, tais lembranças permitiram constituir um perfil do trabalho infantil na zona canavieira de Pernambuco segundo os próprios atores sociais, num período que vai dos anos de 1930 a 1950, de acordo com a idade dos entrevistados.

O primeiro aspecto abordado diz respeito à inserção precoce nas atividades laborais. O início do trabalho no “eito” da cana poderia ocorrer entre os 7 e 8 anos de idade, mas, a depender das possibilidades e do sucesso das estratégias do grupo familiar, poderia ser evitado para os meninos até pelo menos 14 ou 15 anos e, a todo custo, sempre para as meninas. Enquanto houvesse possibilidade, meninos e meninas eram reservados ao trabalho no roçado, ajudando a mãe ou o pai. Este trabalho era além de considerado desejável e necessário, não só pelos resultados de subsistência para o grupo familiar, mas pela educação quanto à formação moral e afazeres agrícolas. Enquanto no eito, devido às péssimas condições de trabalho (como exposição ao sol e a perigos inerentes ao ambiente), à dureza dos ritmos de trabalho e à violência patronal, tentava-se impedir que os membros mais vulneráveis da família acompanhassem o pai.

Entretanto, é frequente na fala dos entrevistados o fato de que todos trabalhavam. Isto se dava sobretudo com o aumento da demanda por mão-de-obra nas épocas de maior atividade representadas pelo período de safra, quando eram recrutados trabalhadores sazonais.

A lógica da organização capitalista, ou seja, a vontade de lucro dos empregadores e a rude herança escravista nas relações de trabalho produziam um quadro de exigências

e normas inflexíveis no exercício da profissão de canavieiro. Eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo. (DABAT, 2003, p. 387).

Assim, o papel ou função produtiva que desempenhavam na cana é determinante na construção das memórias de infância daqueles que trabalharam nos canaviais desde novos, não apenas pela precocidade da inserção, mas também pela “[...] sobredeterminação da atividade produtiva em toda a vida das famílias empregadas no engenho.” (DABAT, *idem*, p. 388).

Um outro aspecto desse trabalho é o seu caráter coletivo, familiar. Esta característica imprimia certas condições ao trabalho no eito. A primeira é que as crianças poderiam realizar seu trabalho a partir da orientação e supervisão dos familiares mais experientes, ensinando-os assim a maneira correta das respectivas atividades e diminuindo os riscos de acidentes. Um outro fator decisivo é que as negociações referentes ao trabalho, no que dizia respeito à localização, tipo e quantidade a ser realizado ficava a cargo também dos adultos, restando às crianças a realização das atividades que fossem por eles, em geral o pai, distribuídas entre os membros da família, no interior desta “equipe solidária”. É tecida assim uma rede de educação e proteção, na medida das possibilidades, pelos adultos em relação às crianças.

Quanto às atividades realizadas, na safra, que durava então de 6 a 8 meses, as crianças estavam encarregadas do trabalho que consistia em juntar e amarrar em feixes de cana aquelas já sem palha e cortadas pelos adultos. Naquele momento, cada feixe era formado por 10 pedaços de 10m 20cm e outros 10 de 60 cm. Esta cooperação tendia a aumentar a produtividade do grupo familiar na medida em que liberava os adultos desta atividade, poupando-lhes tempo. Atribuía também considerável responsabilidade aos menores, na medida em que o principal objeto de conflitos entre trabalhadores rurais e prepostos da empresa era a mensuração deste trabalho realizada por um dos prepostos denominado cabo.

Não se pode, ainda, segundo a autora, considerar a dimensão familiar do trabalho no eito da cana sem marcar que ela é resultado da pressão patronal para aumentar ao extremo a quantidade de trabalho empregada/realizada em seus empreendimentos, com vistas a maior ampliação possível da margem de lucros. Nesse contexto, tal objetivo era cumprido mediante níveis miseráveis de remuneração, bem abaixo do nível vital, que empurrava a todos para o trabalho. Além disso, e combinado ao esforço no eito, os trabalhadores mantinham, sob vigilância, uma produção alimentícia em terra cedida, para dar minimamente conta da subsistência e reprodução de todo o grupo.

Na entressafra, as crianças menores e as meninas eram, em geral, encarregadas da sementeira da cana. Para os meninos mais novos, sem a rede de proteção representada pela família, porque muito pobres ou órfãos, restava as atividades de “chamar” ou “pastorar” boi, tais tarefas supunham um afastamento do grupo familiar e um contato direto com os prepostos da empresa, o que significava maior exposição.

Sobre o rendimento, avaliava-se o das crianças globalmente como uma fração estipulada daquele dos adultos, o salário era, assim, proporcionalmente menor. Isto ocorria sobretudo quando o pagamento era feito a partir da diária, neste caso as distinções salariais eram bem definidas. No caso de pagamento por produção, levava-se mais em conta a quantidade de trabalho efetivamente realizada pelo grupo familiar, com pagamento ao chefe da família. Mas também na diária, o pagamento era feito unicamente ao chefe, mesmo que a avaliação do salário fosse calculada individualmente. Isto revela mais um aspecto da rede de proteção que envolvia os membros mais vulneráveis do grupo. É que a contabilidade dos esforços e gastos (considerando a prática do barracão) exigia alguém mais experiente e cauteloso, para cobrar o combinado sem perder a cabeça, o que poderia resultar em violências contra a família.

Mesmo sendo atribuídas às crianças as atividades consideradas mais leves, a incompatibilidade entre os instrumentos e seu tamanho e força, tornavam particularmente difícil a execução, ainda mais pelas longas jornadas de trabalho, que poderiam chegar a mais de 12 horas, e a quantidade de dias na semana em que se deveria trabalhar, quase sempre 6 dias por semana.

É interessante citar ainda como a participação de crianças no setor produtivo da cana, exigida pelas baixas remunerações, cria uma mão de obra disponível e em algum nível concorrente à adulta, gerando uma pressão sobre os salários desta última, mantendo-os baixo e reforçando um emprego cada vez mais extensivo dos membros familiares e desarticulando as estratégias de proteção dos membros mais vulneráveis construídas pelos adultos.

Isto porque tais estratégias não se reduziam à proteção no eito da cana, mas no retardamento mesmo desse ingresso tanto quanto fosse possível. Como mencionado anteriormente, tentava-se impedir a entrada dos meninos até os 14 ou 15 anos de idade, o que quase nunca ocorria, mas no caso das mulheres, tal entrada era evitada a qualquer tempo. Diante das necessidades, iam primeiro as mulheres adultas e para as moças e meninas era preferido o trabalho no roçado, considerado mais seguro e decente. Porque eram essas “mais ameaçadas que os meninos, não pela própria violência do esforço no eito, mas sobretudo devido às potenciais ocorrências de tratamento indecoroso, senão assédio sexual mesmo” (DABAT, idem,

p. 395), cuja defesa por parte dos adultos poderia acarretar conflitos maiores. Uma dupla ameaça, portanto, à qual as famílias, sempre que podiam, preferiam não se sujeitar. Quando não havia possibilidades, ao trabalho no eito somava-se, para as meninas, o trabalho no roçado e nos afazeres domésticos.

A produção no roçado acontecia em terra cedida pelo proprietário e era parte integrante da estratégia de sobrevivência do grupo familiar. Proporcionava, além do cultivo de mandioca, batata-doce e frutas, por exemplo, a criação de pequenos animais como galinhas, cabras e porcos. Ao mesmo tempo, tal produção podia constituir-se em importante reserva de valor, na medida em que podia ser comercializada na região. Em geral, o esforço dispendido no roçado era considerado em oposição àquele realizado de maneira assalariada nos canaviais enquanto não trabalho. Dabat relata que, na região estudada, era identificado como “lavoura branca”, reforçando a ideia de que não se tratava propriamente de trabalho. Podia ser mais relacionado às mulheres e às crianças, inclusive porque, no seu espaço, as primeiras conciliavam as atividades agrícolas à educação e cuidado dos filhos, por isso também fator muito decisivo para manutenção da roça era a proximidade geográfica em relação à casa.

Mais uma vez a autora ressalta a dureza do trabalho nos canaviais. Nessas condições de vida e de trabalho, com precárias condições de habitação, falta de abastecimento de água potável e saneamento básico, e sobretudo uma alimentação insuficiente tanto quantitativa quanto qualitativamente, os problemas de saúde eram constantes para todos os integrantes da família. A falta de assistência médica e serviços básicos de saúde completava o quadro cujos resultados eram alta mortalidade não apenas infantil, mas em qualquer idade. Para os menores, as condições eram agravadas pelo uso de instrumentos perigosos e incompatíveis com seu tamanho e força. Assim, os efeitos da doença, da falta absoluta de assistência, por parte do Estado ou dos empregadores, e das mortes constantes sobre o universo mental e afetivo dessas populações eram muitos.

Assim como o médico, a disponibilidade de professor também era rara na região, e a possibilidade de aprender a assinar o nome só surgia por meio de um leigo que se oferecia a ensinar mediante o pagamento de algum valor, no mais das vezes, inacessível diante das condições das famílias, que ainda assim faziam algum esforço quando possível para aqueles com idade igual ou inferior a 8 anos. Assim, a falta absoluta de oferta de ensino regular, a necessidade de trabalhar e as precárias condições de vida tornavam-se fatores impeditivos do estudo, o que nas lembranças dos trabalhadores entrevistados era coberto de frustração.

O desejo de estudar manteve-se sempre presente apesar das dificuldades, mas não encontrava condições objetivas para realizar-se. Nem o Estado nem os empregadores preocupavam-se com a questão e ela só pôde ser encarada a partir do movimento camponês que reivindicou a alfabetização de homens e mulheres para que pudessem participar das eleições e, a longo prazo, escola para os filhos dos trabalhadores.

Outro fator presente entre os entrevistados foi a constância da violência patronal. Ela expressava-se tanto pelo clima generalizado de tensão nos canaviais quanto na medida em que as crianças presenciavam e eram vítimas diretas de atos de violência levados a cabo pelo empregador ou seus prepostos, como no caso de expulsões com queima das casas dos moradores.

Só o movimento camponês pode dar notícias dessas condições de vida do trabalhador rural, e das crianças, muito raras, com exceção do ano de 1960 até início de 64. Até então só figuravam como caso de polícia.

Para uma análise da situação no Estado da Paraíba, *O trabalho infanto-juvenil na agricultura paraibana*: o caso da lavoura canavieira foi publicado, em 1998, no periódico científico mantido da Fundação Joaquim Nabuco, Cadernos de Estudos Sociais, pela geógrafa Emília Moreira e pelo economista Ivan Targino. Tal trabalho teve como objetivo estudar a inserção precoce de crianças e adolescentes no processo produtivo do setor agropecuário paraibano, especificamente no subsetor da lavoura canavieira, a partir da análise dos efeitos do consumo e da reprodução da força de trabalho do menor sobre suas condições de saúde e de vida. Para tanto, a pesquisa desenvolveu-se na zona da mata paraibana, principal subunidade espacial da zona canavieira do Estado.

Antes de expor os pressupostos teóricos e metodológicos que foram base e instrumento para a realização da pesquisa, bem com a realidade do trabalho de menores na região escolhida apontada por tal pesquisa, os autores discorrem sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil e no Estado da Paraíba àquela altura. As pesquisas levantadas dão conta de que, no final do século XX, mais de 7 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, estariam engajadas em processos produtivos rurais e urbanos no País. Estimativa que poderia ser mais alta caso fosse mensurado também o trabalho de crianças com menos de 10 anos de idade. Tal cenário é realidade apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em muitas circunstâncias, é usado para que os menores não sejam remunerados como são os adultos, apesar de sua capacidade produtiva se igualar ou superar a desses. Além disso, o caráter principal do trabalho infanto-juvenil no Brasil é de ser discriminatório, reservado às crianças pobres.

Na Paraíba, a situação não é diferente. Segundo dados da PNAD de 1996, uma porção expressiva da população economicamente ativa do Estado é composta por crianças e adolescentes, ainda mais na zona rural. Tais índices, sobretudo quando aliados àqueles que indicam para um condição de pobreza da maioria da população do Estado, onde a população ocupada com até dois salários mínimos e aqueles que recebem apenas benefícios somam 79% da população, apontam para a existência de um padrão de utilização da força-de-trabalho infanto-juvenil como estratégia de complementação da renda familiar.

Na zona rural, os dados colhidos nos Censos Agropecuários indicam, não a novidade do trabalho infanto-juvenil, mas um aumento da população ocupada na agricultura com idade entre 10 e 14 anos. Aí o trabalho é realizado tanto nas grandes quanto pequenas propriedades e apresenta características específicas em cada uma delas. Na pequena unidade camponesa, destinada à produção de subsistência, por exemplo, a força-de-trabalho infanto-juvenil visa a auxiliar os pais por meio da execução de tarefas consideradas mais leves. A partir dos 10 ou 12 anos, também podem se responsabilizar pelo seu próprio roçado. Nesse regime, os trabalhadores detêm ainda o controle sobre o tempo e o ritmo do trabalho. Já na pequena unidade mercantil de produção agrícola, nota-se principalmente uma maior exposição aos riscos impostos pelo padrão técnico utilizado, como seria o caso da produção hortifrutigranjeira irrigada do Estado, com a produção de tomate, acerola, banana etc. Finalmente, nas grandes propriedades, a forma de inserção da mão de obra infanto-juvenil pode ser pelo assalariamento direto, pelo assalariamento indireto, como força-de-trabalho complementar à do chefe de família, ou como força-de-trabalho familiar nos casos de parceria e de arrendamento. Estas formas assalariadas do trabalho do menor são as que predominam na zona canavieira paraibana.

E são também resultado de uma série de transformações sofridas pela atividade canavieira no Estado da Paraíba, sobretudo entre os anos de 1970 e 1990. Tais transformações são encaradas pelos autores a partir do movimento geral de acumulação e reprodução no capital na atividade agrícola. Por isso, a análise da inserção precoce de crianças e adolescentes na lavoura canavieira é feita a partir de um marco teórico seja capaz de abordar a realidade objetiva da vida e do trabalho infanto-juvenil na atividade canavieira conectada àquele movimento que produz, e concentra riqueza a partir de certa configuração entre o consumo e a reposição da força-de-trabalho empregada no processo produtivo. Portanto, além dos fatores determinantes para inserção da população infanto-juvenil no trabalho agrícola da cana e as formas dessa inserção, observa-se o movimento de consumo e reposição dessa força-de-trabalho, levando em conta aspectos como: jornada de trabalho, tarefas realizadas, mobilidade do trabalho, condições

de transporte, formas de remuneração, padrão alimentar e habitacional, nível educacional, padrão sanitário e condições de saúde.

Para tanto, além do levantamento de dados secundários junto à FIBGE, como já mencionado, na pesquisa realizada pelos autores foram aplicados 29 questionários na zona urbana de um dos cinco municípios localizados na Zona da Mata Paraibana, o de Pedras de Fogo; 42 entrevistas estruturadas foram realizadas com residentes tanto da zona rural quanto urbana de todos os municípios (além de Pedras de Fogo, foram incluídos os municípios de Caaporã, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo e Sapé) e de outras regiões do Estado que se encontravam alojados em galpões no interior das propriedades de Usinas e Destilarias. A pesquisa não obedeceu a uma delimitação precisa da população a ser investigada, por isso os dados coletados não provêm de uma amostra representativa da realidade estudada, e devem, por isso, ser considerados indicativos de uma realidade, sem pretender detalhá-la. A unidade investigada foi sempre a família e, nela, o menor trabalhador da cana, que foi em sua totalidade do sexo masculino, com idade entre 7 e 17 anos. Para compreender o trabalho do menor nesse contexto específico é preciso, portanto, considerar a fase do processo de acumulação do capital por que passa naquele momento a atividade canavieira. Nesse sentido, os autores acompanham as crises e as expansões vividas pelo setor.

Apesar de sempre muito assistido pelas políticas públicas governamentais, a agroindústria açucareira está em crise no início dos anos de 1970. Entre os fatores responsáveis por tanto estão a ociosidade e obsolescência do parque industrial, e o baixo poder de competição frente à produção do Sudeste. A saída para tal crise foi construída, uma vez mais, junto ao Estado, a partir da criação, em 1975, do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), que visava a estimular a produção do álcool como combustível substituto da gasolina. O que resultou numa nova fase de expansão da atividade canavieira no Estado percebida no aumento da área cultivada, na elevação da quantidade de cana produzida, no incremento da produção de álcool e na ampliação do parque industrial. Os impactos disso foram sentidos na economia agrícola estadual, que tornou-se mais dependente dessa atividade; na base técnica da produção, que viveu uma aceleração da mecanização e da quimificação do processo produtivo; no emprego rural, com a retração de antigas relações de trabalho, em particular do sistema morador, e intensificação do trabalho assalariado, sobretudo do assalariamento temporário; e no recrudescimento do êxodo rural.

Esse último aspecto é decisivo para a vida dos trabalhadores empregados no setor. A desruralização a que foram submetidos os concentrou nas periferias urbanas e aglomerados

rurais, estruturados de maneira muito precária, e reduziu suas formas de subsistência à renda auferida no trabalho para a agroindústria, intensificando o emprego feminino e infantil na zona canavieira e degradando ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora rural. Tais processos não passaram, no entanto, sem reação. Os trabalhadores também organizaram-se fazendo frente ao processo de expropriação, a partir de inúmeros conflitos sociais, e fortalecendo órgãos sindicais com o objetivo de buscarem melhores condições de salário e trabalho.

Uma nova crise atingiu o setor a partir de 1986, como resultado da crise econômica nacional que determinou uma drástica redução do crédito subsidiado e abundante. Houve, assim, redução na quantidade produzida de cana; queda da produtividade; e fechamento sucessivo de usinas e destilarias, afetando sobremaneira o volume e a composição do emprego na lavoura canavieira. Além da redução da demanda de trabalho, passou-se, para fugir à fiscalização sindical, a utilizar mão-de-obra de outras regiões e, em muitos casos, com preferência para o trabalho infantil.

Nota-se, assim, que em qualquer dos cenários, seja de expansão ou crise, para atender à alta demanda por mão-de-obra ou como estratégia de manutenção dos níveis de lucratividade, aumenta-se o grau de atividade da força de trabalho de crianças e adolescentes.

Chega-se, assim, à análise das condições de vida e de trabalho do menor. Nesse caso, como já mencionado, faz-se a escolha de abordar a realidade objetiva da vida e do trabalho infanto-juvenil na atividade canavieira, e, nesse sentido, de mapear o consumo e a reposição desta força-de-trabalho. Tal consumo diz respeito ao desgaste das faculdades físicas e mentais utilizadas na produção de valores de uso, isto é, no processo produtivo do setor em questão, e é definido pela quantidade e intensidade do esforço despendido. Ao seu turno, reposição significa a recuperação das mesmas faculdades desgastadas afim que o trabalhador viva e possa continuar inserido no processo de geração de valor, por isso está relacionado ao nível de remuneração auferida, das condições de alimentação, de habitação e de assistência à educação e à saúde. Quem estabelece determinada relação entre esses aspectos é a fase do processo de acumulação capitalista em que se encontra determinado setor produtivo e os parâmetros estabelecidos pelo mesmo para extração de mais-valia.

Assim, na constituição de um quadro geral das formas de consumo da força de trabalho infanto-juvenil na atividade canavieira, os autores abordaram alguns aspectos. Constataram o caráter precoce da iniciação ao trabalho. Na maioria dos jovens ouvidos, esse início ocorreu entre os 7 e 14 anos de idade, sozinhos ou ajudando o pai, no corte da cana ou noutras atividades

agrícolas, tais como plantar capim, limpar mato etc., e respondendo, em geral, à necessidade de contribuição para renda familiar, direta e indiretamente. Quanto à jornada de trabalho, puderam concluir que a jornada se inicia às 7h00 e encerra-se entre às 15h e às 16h, com direito a uma pausa de 30 minutos para alimentação. Fatores relacionados à locomoção, no entanto, podem fazer chegar a 14 horas o tempo total diário despendido. Essa locomoção diferencia-se entre os residentes das zonas rural e urbana, para os primeiros os trajetos casa\trabalho\casa é, em geral, feito a pé, enquanto os últimos dependem do transporte fornecido pela empresa ou pelo intermediário, chamado também de empreiteiro ou “gato”, e trata-se de caminhões, conhecidos na região com “gaiolões”, e tratores, onde o risco de acidentes é conhecido por todos. As atividades desenvolvidas não são diferentes daquelas feitas pelos adultos, nem em menor intensidade. No corte da cana, por exemplo, 30% dos entrevistados cortavam diariamente entre 30 e 60 braças – cada braça tinha, à época, no Estado, 2,2m -, enquanto 38% entre 80 e 100. Além do corte da cana, realizavam também aplicação de agrotóxicos, sem instrução técnica ou uso de equipamentos de proteção, e foi registrado também trabalho denominado por “lambaio”, que consistia em apanhar cana atrás da máquina durante toda a noite e madrugada, de 18h00 às 6h00. Durante todo o trabalho, estão submetidos a um regime rígido de controle, segundo 69,3% dos entrevistados, o controle do trabalho é exercido pelo feitor de campo, e, para 19%, pelo “gato”; a vara é o instrumento usado para medir as braças que forma a tarefa; quem determina o tamanho da tarefa é quem controla o trabalho, portanto o feitor ou “gato”, e quem mede, com a vara, é o cabo; segundo 35% dos entrevistados, eram imputados castigos àqueles que não concluíssem a tarefa determinada, em geral, tratava-se de pagamentos incompletos, para não falar da pressão interiorizada por regimes de trabalho por produção, em que os empregados cobram-se para ganhar mais e manterem-se empregados. A fiscalização sindical aí acontecia de maneira esporádica, segundo relataram.

O processo de trabalho a que estão submetidos crianças e adolescentes é, portanto, exaustivo, fatigante e arriscado, podendo ser em suma caracterizado por: inserção precoce no mundo do trabalho, longas jornadas com ritmo intenso de trabalho, requerendo esforço físico considerável, além de manuseio de instrumentos cortantes, e contato com agroquímicos que pode acarretar agravos à saúde.

Agora podemos aventar como quais as possibilidades fornecidas por tal trabalho para recuperação da força-de-trabalho dos trabalhadores menores envolvidos em seu processo produtivo. Nas formas assalariadas de trabalho, os meios de reposição da força-de-trabalho são, via de regra, reduzidos aos proventos adquiridos pela venda da própria força-de-trabalho. Tais

proventos são, no entanto, reduzidos, apesar da extensão e da intensidade da jornada de trabalho, além disso, as possibilidades de emprego não são estáveis, mas sazonais. A renda familiar média da zona canavieira paraibana, no momento da pesquisa, não passava dois salários-mínimos para, em geral, 7,5 pessoas no período de maior empregabilidade na região. Com isso, 75,6% dela era destinada a gastos com alimentação, enquanto o restante, distribuído entre pagamentos de água, energia elétrica, roupa, remédios, querosene etc., fazendo-se necessário o recurso a bodegas, mesmo que aí os preços fossem mais caros, que permitiam o pagamento posterior, compra fiado, como é conhecido na região.

De qualquer forma, os recursos eram ainda insuficientes a uma alimentação necessária. A partir do levantamento do recordatório do dia anterior, constatou-se pouca variedade alimentar, ausência de proteínas e vitaminas ou mesmo ausência completa de alguma refeição. Os residentes na zona rural conseguiam ainda atenuar a situação com seus cultivos e criações. Também a água consumida no local de trabalho era de pouca qualidade, muitas vezes armazenadas em embalagens de produtos químicos.

Quanto à habitação, a área destinada às residências situava-se entre 15 e 49m² de área para, em média, 7,5 pessoas. O tipo de construção era precário, basicamente, feitos de taipa com cobertura de telha e chão de terra batido, tinham de 3 a 5 cômodos, com ou sem quintal, com sanitários localizados fora da casa e com fossas sépticas. Havia ainda ausência de saneamento básico, energia elétrica e água encanada. Em suma, sem espaço para brincar, terra para plantar e comida para comer.

No caso da educação, aproximadamente 2\3 não frequentavam a escola por, segundo alegaram, incompatibilidade do trabalho com o estudo, falta de recurso para adquirir roupa e calçado para ir à escola e falta de interesse; 52,7% dos integrantes da amostra urbana declararam não saber ler ou escrever e muitos não o podiam fazê-lo mesmo tendo frequentado a escola, na zona rural a situação é agrava pela falta mesmo de escolas. Nesse sentido, a educação não aparece nessa realidade como uma possibilidade de mobilidade social.

Para concluir, os autores abordam ainda os impactos sobre a saúde do trabalhador. Antes de tudo é preciso considerar saúde como um problema social, e não puramente biológico, fortemente condicionado pela forma de inserção no processo produtivo, haja vista que as condições de saúde do indivíduo relacionam-se intimamente com suas condições de vida e de trabalho. Por isso, analisar os efeitos do trabalho sobre a condições de vida dos trabalhadores não pode deixar escapar os efeitos do mesmo sobre a saúde dos trabalhadores. Na zona rural da Paraíba, no momento da pesquisa, é grande o número de trabalhadores, em particular crianças

e adolescentes, executando atividades classificadas como perigosa, pesadas e insalubres, apesar do ECA e da CLT, artigos 67 e 405 respectivamente.

No universo amostral da pesquisa analisada, 63,2% já haviam apresentado algum problema de saúde decorrente da atividade laboral que desenvolviam. Entre os incômodos sentidos durante o trabalho, os mais referenciados pelos jovens entrevistados foram: o sol quente, a palha da cana e a fome. Estes problemas são responsáveis também por uma série de sintomas sentidos no exercício do trabalho, quais sejam: dor de cabeça, coceira, tontura, irritação nos olhos, dor no pescoço, dor nas costas, queimor no estômago, sonolência, dor no corpo, sensação de peso na cabeça, fraqueza, sensação de desmaio e dor nas pernas. Além de todos esses problemas de saúde, as crianças e adolescentes apresentavam sinais visíveis de anemia e desnutrição protéico-calórica decorrente de uma alimentação inadequada e insuficiente, não compatível com a faixa de idade e com o esforço físico despendido no penoso dia de trabalho, contribuindo, assim, para o envelhecimento antecipado dessa população.

Foi observado, também, que muitos chefes de família apresentavam todas as características de envelhecimento precoce. Na maioria dos casos, os agravos à saúde dessa população trabalhadora não são compensados pelo acesso aos serviços de saúde (hospitais, postos médicos, remédios etc), em virtude da precariedade dos mesmos e do estado de miséria a que esses trabalhadores estão submetidos, de modo que as estratégias de saúde e cuidado são sobretudo realizadas em casa. Em suma, tem-se que a baixa ingestão de alimentos, associada às péssimas condições de trabalho nos canaviais, contribui para minar a saúde desses menores trabalhadores, podendo retirá-los antecipadamente do mercado de trabalho.

Assim, em síntese, constatou-se, portanto, a inserção precoce de crianças no corte da cana-de-açúcar, antes mesmo dos 14 anos, realizando atividades equivalentes às desenvolvidas por adultos, mas com salários inferiores; crianças também trabalhando à noite, durante 12 horas consecutivas; manuseando, além disso, agroquímicos sem uso de equipamentos de proteção ou instrução; não tinham, da mesma forma, qualquer vínculo legal com as empresas para as quais trabalhavam, não podendo assim usufruir de qualquer direito trabalhista; sem direitos ao acesso à escola; e sem condições dignas de moradia ou alimentação.

Para os autores, as estratégias de ação para combate de tal estado de coisas passa para além da proibição do trabalho infanto-juvenil unicamente; mas por uma transformação da estrutura agrária que dê às famílias de trabalhadores rurais acesso à terra e a emprego, livrando as crianças e adolescentes da necessidade de contribuição na renda familiar e, ainda, o

desenvolvimento de escolas estruturadas, com professores qualificados e conectadas à realidade rural. Tudo isto passa também pela transformação do modelo de desenvolvimento adotado.

3.2 Hierarquia de tarefas agrícolas e domésticas

No interior do grupo familiar há uma hierarquia que responde também pela divisão das tarefas entre seus membros integrantes. Usualmente, o critério estabelecido considera a força do ou da trabalhadora e a quantidade de esforço exigida pela atividade. Nesse sentido, podemos considerá-las como “leves” ou “pesadas”. As primeiras são prioritariamente destinadas aos mais novos e do sexo feminino enquanto as últimas ficam a cargo dos homens adultos. Tal divisão é presente entre as famílias de trabalhadores rurais e convém, portanto, considerá-la mais detalhadamente.

Em *O peso do trabalho leve* (1987), Maria Ignez Paulilo aprofunda os critérios da divisão de tarefas agrícolas e domésticas segundo fatores de idade e sexo para propor que a designação de tais tarefas tem menos a ver com a capacidade física daqueles que as desenvolvem do que com uma hierarquia entre os integrantes que recai sobre as tarefas para reafirmar as posições de cada um. Para tanto, reúne relatos de trabalhos agrícolas em regiões da Paraíba e de Santa Catarina. Nos diferentes contextos, a divisão existe, embora de maneiras variadas, o que expõem a formação cultural e não natural da distribuição.

Assim, no Sertão da Paraíba, em municípios onde predominam a pecuária e a cultura de algodão e os empregados residentes nas fazendas são parceiros, em regime de meia ou de terça, isto é, fazendo uso da terra em troca de uma parte de sua produção, o trabalho considerado “pesado” é a limpeza do mato e a criação de gado, que fica a cargo dos homens. Para mulheres e crianças, cabe a ajuda no plantio e na colheita das lavouras, as atividades domésticas e ocupações artesanais pelas quais buscam complementar a renda. Este trabalho é considerado “leve” e por isso infimamente remunerado. Para a autora, há uma valorização de determinada capacidade física em detrimento de outras, no caso, da força em relação à paciência, cuidado e habilidades manuais.

Já no Brejo da Paraíba, onde predomina a cultura da cana de açúcar, o trabalho considerado pesado e, logo, masculino, é, principalmente, roçar e cavar terra, que significam respectivamente derrubar o mato grosso a machado e foice e preparar a terra, sem ajuda do arado, para plantio da cana. Trabalho “leve” e, assim, feminino, é plantar, arrancar o mato

miúdo e adubar. Por tal divisão de tarefas, as mulheres ganham menos que os homens, mesmo que trabalhem a mesma quantidade de horas, ou realizem as mesmas atividades.

Enquanto isso, no Sul de Santa Catarina, onde predomina a cultura de fumo, mulheres e crianças participam de quase todos os vários processos e atividades demandadas pela produção, mas, de qualquer forma, recebem menos do que os homens, porque estes são responsáveis pelas atividades que demandam mais força física. O que as diferentes regiões e atividades produtivas têm em comum é, portanto, um certo sistema classificatório segundo categorias de “leve” e “pesado”, que classificam o trabalho e o distribui. Tal sistema, no entanto, não é o mesmo em toda parte e essa variação nos permite considerá-lo não natural, mas resultado de determinados fatores sociais, culturais e políticos. Como sintetiza a autora:

Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe. (PAULILO, 1987, p. 3).

Como demonstra, a variação nos sistemas classificatórios que denota a não naturalidade das tarefas enquanto pesadas ou leves em si mesmas pode ser percebida nas diferenças percebidas entre as regiões do Sertão e do Brejo paraibanos. Enquanto no Brejo tarefas como capina das áreas de lavoura eram consideradas leves, no sertão eram tidas como pesadas. Acontece que como nas fazendas de cana-de-açúcar do Brejo, a produção canavieira ocupava quase todo o tempo dos homens adultos, mulheres e crianças eram responsáveis por todas as tarefas no roçado, sem haver aí a divisão que havia no Sertão quanto à esfera dos cultivos de subsistência.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo e idade do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas, mas são sobretudo organizadas a partir da valorização social do homem como “chefe de família”. Nesse sentido, tal valorização recai sobre determinadas tarefas em detrimento de outras de modo que um trabalho necessário, exigente em termos de tempo e esforço e nem sempre agradável, mas muitas vezes estafante, moroso e às vezes nocivo à saúde, como destaca a autora, possa ser considerado leve porque realizado por mulheres e crianças e para ser menos remunerado.

Os resultados desta distribuição é também, em geral, sobrecarregar mulheres e crianças, porque além de executarem tarefas na cultura de cana, o fazem no roçado e sozinhas no ambiente doméstico. *Em Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana* (2002), Silva nota bem esta consequência para meninas e mulheres.

Nesse trabalho, o autor apresenta aspectos da vida cotidiana de meninas e mulheres da Zona da Mata Pernambucana relacionados ao mundo do trabalho e suas relações com a construção da cultura lúdica. Para o autor, a hegemonia do modo de produção capitalista na zona rural é responsável por uma série de constrangimentos que levam a alienação e conformismo dos trabalhadores rurais em geral, mas apesar disso, em um tempo residual, exíguo e precário, os trabalhadores fazem resistência através do exercício de uma ludicidade tradicional. Os resultados de sua pesquisa apontaram, portanto, para uma luta pela sobrevivência comum ao grupo familiar de trabalhadores rurais, mas permitiram também observar uma luta particular às meninas e mulheres trabalhadoras da zona canavieira. É que além de se defrontarem com as condições impostas pela posição que ocupam no sistema capitalista de produção, lidam também, no interior de seu grupo social, com outras condições derivadas do sistema patriarcal. O recorte de gênero adotado neste artigo justifica-se, assim, por uma sensibilização do autor frente às “[...] diversas facetas da vida cotidiana feminina, ainda pouco contadas e consideradas pelos estudiosos” (SILVA, 2002, p. 26).

Nesse sentido, investigar a cultura do trabalho e a ludicidade das meninas e mulheres da região açucareira pernambucana não pode deixar de levar em conta um duplo movimento opressivo de classe e gênero. Submetidas, desse modo, ao que o autor designa constrangimentos de classe (pobreza, fome, trabalho alienado) e constrangimentos de gênero. Mas não deseja tratá-las apenas como vítimas dessas condições, porque, apesar de cotidianamente e nas pesquisas em geral, serem tratadas como “eminência oculta”, desempenham um papel determinante na produção material e imaterial do grupo familiar e da classe a que pertencem, além de tecerem também resistências tão múltiplas quanto as adversidades que lhes são impostas. Propõe, portanto, expor além dos constrangimentos de classe, os de gênero; evidenciar o papel que exercem junto ao seu grupo; assim como apresentar suas formas de resistência.

Segundo sua perspectiva, aspectos transgeracionais de gênero impediram uma atenção exclusiva às meninas, sem considerar também as mulheres adultas. Por isso, lança mão de duas categorias de sujeitos meninas-mulheres, porque as meninas em geral adentram precocemente

nas esferas da vida consideradas das adultas: trabalho, sexualidade etc, e mulheres-meninas porque na realidade vivenciada pelas mulheres conservam-se aspectos considerados próprios da infância, particularmente no diz respeito a brincadeiras.

No campo teórico, o autor pretende contribuir para o campo dos estudos acerca do trabalho, destacando o papel de crianças e mulheres; e das infâncias, destacando precisamente a multiplicidades da infância, de maneira a as tratarmos no plural.

Para começar a tratar o tema, o autor recorre à presença histórica de mulheres e crianças no processo produtivo açucareiro. Desde a escravidão, esta presença pode ser notada na casa-grande, como o fez Gilberto Freyre. Se há lá a presença do moleque (companheiro de brinquedo), do negro velho (contador de histórias), há também a da moleca, da ama-de-leite, da mucama e da cozinheira. Assinada a abolição da escravatura, no interior dos grupos familiares, as meninas trabalhavam na cana a depender das condições gerais do grupo, mas sempre na pequena unidade camponesa constituída nos pedaços de terra cedidos pelos proprietários nos roçados e nos afazeres domésticos.

Na rotina de trabalho foram moldados corpos masculinos e femininos, mas nesses últimos também condicionamentos que lhes são impostos estritamente por sua condição de gênero, que ultrapassa, portanto, a esfera do trabalho e lhes atingem em como usufruem do seu tempo livre. O autor pontua nesse sentido a presença da Assembleia de Deus nos engenhos como uma instituição chave no controle dos corpos, especialmente femininos.

Em consequência disso, as manifestações da cultura ludocorporal são construídas à luz da restrição e proibição da prática de alguns lazeres, entre os quais se encontram alguns jogos e brincadeiras populares como: brinquedos cantados, danças, piadas e mitos, e outras formas de manifestação da cultura corporal popular (SILVA, idem, p. 33).

Há ainda um outro aspecto sobre o corpo que é como se percebem esteticamente essas mulheres. Segundo as observações do autor, há um grande incomodo com o envelhecimento precoce, atribuído no mais das vezes ao trabalho extenuante e a falta de gastos dos homens em produtos para cuidados pessoais, de modo que também se percebe entre elas a presença de uma influência da indústria da estética veiculada pela televisão.

Acerca das percepções sobre o trabalho, percebe-se um elogio ao seu caráter edificante para a família inteiro, é ele que permitiria o sustento de modo digno. Da mesma forma, considera-se importante a ajuda dos menores, seja para garantia da sobrevivência do grupo seja pelo seu caráter também educativo. Mas considera-se o excesso de trabalho que lhes é imposto

em condições tão precárias de execução e remuneração. Assim como a divisão sexual do trabalho é questionada, pois que há comparações entre o esforço despendido nas tarefas domésticas, bem como no tipo de atividades lúdicas vivenciadas por ambos os sexos.

Recortando, finalmente, as atividades lúdicas, ou a expressão de suas resistências frente à dureza do trabalho que consome a todos física e subjetivamente, nota-se o que foi mencionado anteriormente. Isto é, além do tempo restrito e precário, diferenças consideráveis no usufruto deste tempo entre meninas\mulheres e meninos\homens. Enquanto as mulheres participam das festas do santo padroeira, fazendo desenhos e bordados, dançam forró nas festas de casamento, São João e batizados, utilizando este tempo sobretudo nas atividades da igreja, como as missas nos finais de semana; e enquanto sonham também em sair do ambiente do engenho para passear no Zoológico, ir à praia e fazer piqueniques. Os homens circulam mais facilmente entre os engenhos e a cidade, bebendo muito e divertindo-se com amigos e outras mulheres, com dizem. Em oficina realizada pelo autor durante pesquisa de campo, ficam claras tais diferenças, e as diversões dos homens são alvo das inquirições das mulheres, que reclamam ficar sempre em casa a cuidar dos afazeres domésticos, das crianças mais novas, dos doentes etc.

Quanto às meninas,

[...] do ponto de vista da relação lúdico e gênero, demonstraram ao mesmo tempo um duplo sentimento de resignação e indignação pelo fato de os meninos, apesar da vida dura, terem mais oportunidades aos jogos e brincadeiras (futebol, andar pelo mato etc.), restando para elas apenas brincar de boneca e as responsabilidades do trabalho doméstico quando sobra tempo (SILVA, idem, p. 42).

Mas apesar das condições concretas de vida difíceis, as meninas vislumbram uma vida digna para todos, que inclua a satisfação das necessidades básicas e de liberdade. Sonham em ser professoras, donas de casa, cantoras, lutadoras de caratê, capoeiristas, caixas de supermercado, bailarinas, jogadoras de futebol, cinegrafistas, empregadas domésticas, jornalistas e deixar de cortar cana, polícias, juízas e advogadas... Por isso desejam estudar em escolas de qualidade. Por tudo isso, o autor defende políticas estruturais que transformem efetivamente o sistema produtivo vigente, garantido aos trabalhadores rurais condições de viver dignamente, bem como políticas que visem a combater as desigualdades de gênero.

3.3 Efeitos sobre a saúde

Um outro tema relevante para as pesquisas sobre a presença de crianças e adolescentes no setor canavieiro diz respeito aos efeitos do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. O trabalho de Ferreira Filho, *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*, não trata exclusivamente de crianças e adolescentes, mas detalha as condições precárias de trabalho, vida e acesso aos serviços de saúde a que estão submetidos os trabalhadores rurais das plantações açucareiras em Pernambuco e que resultam em mortalidade infantil, deficiências no desenvolvimento físico e cognitivo, doenças respiratórias entre outras, além de acidentes que atingem sobremaneira esta população.

Adotando e mesmo tecendo uma perspectiva de saúde implicada pelas relações de trabalho, o autor destaca como o modelo capitalista de produção no setor açucareiro foi pautado pela dominação e mercantilização absoluta de todos os elementos envolvidos, da natureza, como a terra, os rios ao ser humano, sem qualquer limite além daquele desejado para a produção. Nesse sentido, portanto, ainda mais a saúde ou doença eram resultado não de processos biológicos, como se poderia pensar no caso da consideração de certa preponderância de algum organismo para o adoecimento, porque naturalmente mais frágil, mas diretamente das condições impostas pela atividade laborativa desenvolvida no âmbito de determinadas relações de trabalho. Nos corpos dos trabalhadores manifestavam-se, portanto, outros produtos da atividade canavieira.

A primeira condição a que os trabalhadores eram submetidos era a fome. A expansão da plantação de cana tomava as terras em que se podia desenvolver os cultivos de subsistência, e, ao mesmo tempo em que aumentava as necessidades dos trabalhadores, não os remunerava suficientemente. A fome e a desnutrição, portanto, eram produzidas pelo sistema canavieiro, afetando os trabalhadores enquanto tais e como sujeitos físicos.

O contexto abordado pelo autor é marcado pela construção do Hospital Barão de Lucena (HBL), em Recife, conhecido como “Hospital das Usinas”, porque, com ele, a partir de 1958, a categoria de trabalhadores rurais do setor teria um serviço de saúde a que poderiam recorrer. Com desenvolvida estrutura, o hospital, no entanto, foi mais utilizado por outras classes que a dos trabalhadores rurais e veio à falência em 1973, ficando sua administração destinada ao Estado. São os prontuários produzidos por este hospital no atendimento aos trabalhadores da cana que são analisados pelo autor para descrever os riscos a que estavam expostos todos aqueles que trabalhassem na atividade canavieira.

Segundo o autor, a maior parte dos problemas de saúde que atingiam os trabalhadores da cana assistidos pelo Hospital das Usinas referia-se ao processo de trabalho no qual estavam inseridos. Os riscos relacionados à atividade produtiva pela literatura médica podem ser designados por riscos da dieta inadequada, riscos de acidentes, riscos ergonômicos e riscos biológicos, químicos e físicos. Os diagnósticos dos pacientes de usinas e engenhos atendidos no HBL entre 1963 e 1973, podem ser distribuídos conforme tal classificação com as seguintes porcentagens respectivamente: 22%, 32%, 16% e 30%.

Assim, os diagnósticos relacionados aos riscos de uma dieta inadequada são resultado, como já referido, do modelo produtivo adotado que liquida as outras culturas e a possibilidade de acesso a gêneros alimentícios pelos trabalhadores. Quanto aos diagnósticos relacionados aos riscos de acidentes, podem ser registradas como causas a falta de equipamentos de segurança individual, o manuseio das ferramentas de trabalho que em geral eram cortantes e, sobretudo, a fadiga. Tais fatores de risco eram ainda mais decisivos para idosos, crianças, gestantes e doentes. A ausência completa de primeiros socorros nos canaviais e sua distância em relação a hospitais, assim como a dificuldade de comunicação, agravam a situação. Mas o que é preciso pontuar também é a distribuição desigual desses riscos seja no interior do próprio setor (pouco mais de 50% dos casos foram registrados entre trabalhadores rurais, seguidos de domésticos (13%) e operários (7%), seja entre as profissões. Tais diferenças dizem mais sobre as relações de produção existentes que unicamente sobre a atividade em si mesma.

Houve ainda diagnósticos relacionados aos riscos ergonômicos. Nesse caso, os problemas de saúde são causados por excessos acumulados que não se manifestam de forma imediata, mas por intervalos prolongados de tempo. Em relação a isso, as queixas mais frequentes diziam respeito a fortes dores no pescoço, braços e dores de cabeça. O HBL atendeu 366 pacientes com diagnósticos relacionados a excesso de esforço físico e problemas ergonômicos. A maior parte deles (aproximadamente 25%) eram trabalhadores rurais, operários (18%) e ‘domésticos’ (14%).

Finalmente há os diagnósticos relacionados aos riscos biológicos, químico e físicos. Aí as motivações estão vinculadas às condições ambientais onde os trabalhadores viviam e executavam suas tarefas, como qualidade da água consumida, condições de saneamento, poeira, fumaça e fuligem provenientes da queima da palha da cana e o próprio pelo da cana. A doença, em geral, no entanto, só impedia os trabalhadores de comparecer aos canaviais em casos últimos. Como a doença era considerada como de responsabilidade do próprio trabalhador, o não trabalho implicava ou mais trabalho para os demais membros do grupo familiar ou a falta

da remuneração, o que comprometeria decisivamente a sobrevivência. Nesse sentido, sintetiza o autor:

A pobreza, em última instância, provocada e mantida pela lógica de produção capitalista a qual se inseria a agroindústria sucroalcooleira, era a causa última do elevado índice de doentes e acidentados do trabalho (FERREIRA FILHO, 2012, p. 146).

Ainda sobre esse tema, Alessi e Navarro (1997), em *O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde*, recuperando dados sobre o trabalho infantil, pontuam como este fenômeno é particularmente realidade para os países pobres. No Brasil, ele é ainda mais utilizado pelo setor agropecuário, com destaque para o trabalho no corte-da-cana de açúcar. É preciso, portanto, considerar os motivos para o mesmo e isso não pode ser feito sem levar em conta o modelo de desenvolvimento globalmente adotado e a posição que o país aí assume. O uso da mão de obra infantil está nessa perspectiva relacionado às baixas remunerações decorrentes também do aumento do desemprego ou subemprego.

O trabalho no setor agropecuário e particularmente na cultura da cana de açúcar pode ser ainda mais perigoso para as crianças uma vez que pode comprometer seu desenvolvimento ou ainda, pelas condições de imaturidade física de elas estarem mais suscetíveis aos riscos inerentes ao trabalho. Por esse motivo, as autoras buscam compreender os impactos sobre a saúde de crianças e adolescentes derivados do modo de ser do trabalho no corte da cana-de-açúcar. Para tanto, fazem uso de dados obtidos em investigação realizada em alguns municípios da região de Ribeirão Preto (SP), no início da década de 1990, os comparando, também, com os colhidos por Emília Moreira na Paraíba.

Os impactos do trabalho do corte da cana-de-açúcar na saúde de crianças e adolescentes podem ser analisados a partir do próprio modo de ser da atividade canavieira, considerando sua base técnica, divisão e organização social. O conjunto de cargas laborais dos ambientes e condições de trabalho materializam-se em acidentes, doenças inespecíficas e do trabalho, como destacam as autoras, que os organizam a partir de um sistema de padrões de desgaste e reprodução.

De maneira geral, o trabalho no corte da cana é uma atividade penosa, perigosa e insalubre. Alguns dos aspectos que podem assim caracterizá-la são a jornada de trabalho, em geral de 14 horas, que é ainda acrescida dos serviços domésticos; ambiente de trabalho insalubre e perigoso dadas as elevadas temperaturas, exposição a poeiras, animais peçonhentos e

agrotóxicos, além da ausência de equipamentos de proteção individual; o transporte para o local de trabalho e para casa também representa riscos, já que em geral não têm estrutura e nem possibilidade para o acondicionamento dos instrumentos de trabalho; não há também nos canaviais possibilidade para conservação dos alimentos levados pelos trabalhadores, como as marmitas, café e água, fator que junto ao baixo valor proteico calórico comprometem a nutrição dos trabalhadores; o ritmo acelerado demandado pelo tipo de trabalho no corte da cana, como movimentos repetitivos e monótonos contribuem para diminuição da atenção do trabalhadores, propiciando acidentes, além do excessivo desgaste físico e mental dos trabalhadores. O trabalho no corte da cana é uma das atividades feitas na lavoura, há ainda outras tarefas como de preparo do solo e aplicação de herbicidas que são geralmente destinadas à mão de obra infanto-juvenil.

Além desses fatores, o controle que recai sobre os trabalhadores é outro fator responsável pelos efeitos da atividade laborativa sobre os trabalhadores. A remuneração pode ser feita por produção ou diária, em qualquer delas a diminuição da capacidade produtiva de outros elementos componentes do sistema produtivo será cobrada do trabalhador. Quanto à mão de obra infanto-juvenil, ela aparecerá como complementar à dos adultos ou então autônoma, mas neste caso sem vínculo com a empresa, de maneira clandestina. Mas mesmo que esta última apresente a mesma capacidade produtiva da adulta, será menor remunerada.

Para detalhar então as cargas laborais que incidem sobre os trabalhadores a partir das condições de trabalho descritas e que se manifestam nos trabalhadores como doenças e acidentes, as autoras as classificam em cargas físicas, químicas, mecânicas e biológicas e cargas do tipo fisiológicas e psíquicas. As primeiras sobressaem-se pela exposição às radiações solares, chuva, mudanças bruscas de temperatura; pelo contato direto com poeira proveniente da terra, da fuligem da cana queimada e de resíduos de agrotóxicos utilizados, por exemplo, no preparo da terra para o plantio da cana, ou no combate às pragas dos canaviais; por acidentes provocados pela matéria-prima e instrumentos de trabalho; por acidentes de trajeto, devido ao transporte em veículos sem condições de uso e conduzidos por motoristas inexperientes e inabilitados; pela presença de animais peçonhentos e problemas de origem gastrointestinal que podem ser causados por ingestão de água não potável ou por alimentos mal conservados. Tais cargas configuram padrões de desgaste-reprodução que se manifestam em dispnéia, infecções respiratórias, dermatites, conjuntivites, desidratação, câibras, diarreias, oscilações da pressão arterial, ferimentos nos membros inferiores e superiores e, por fim, da morte, que pode ser causada por acidentes de trajeto.

Quanto às últimas, estas se sobressaem do esforço físico intenso; dos movimentos corporais que o corte da cana requer; da monotonia e repetitividade no modo de realizar a atividade, principalmente quanto à coordenação dos movimentos corporais com o podão; do ritmo acelerado que se exige do cortador de cana; a ausência de pausas regulares no trabalho, mesmo aquelas necessárias para os momentos de refeição; da total impossibilidade do trabalhador ter iniciativas, tomar decisões, introduzir mudanças e exercer algum tipo de controle, quer no modo de realizar o seu trabalho ou no controle do produto do seu trabalho; e, finalmente, da sujeição do trabalhador à supervisão e controle estritos de feitores, baseadores, fiscais e de agentes intermediários. Estas cargas configuram padrões de desgaste-reprodução que se manifestam em sintomas na coluna vertebral, dores lombares, torácicas e de cabeça, tensão nervosa e outras manifestações psicossomáticas que se traduzem principalmente em quadros de gastrite, úlcera, hipertensão e alcoolismo.

Mas além dos padrões de desgaste e reprodução inerentes ao trabalho do corte da cana e que afetam a saúde do trabalhador independentemente da idade e do gênero, acima já explicitados, destacam-se outros impactos à saúde das crianças e adolescentes que trabalham nos canaviais, revelados em exames clínicos realizados em municípios do Estado de São Paulo (CENTRO, 1996) e da Paraíba (MOREIRA, 1995), podendo ser assim relacionados:

1 - sendo a infância e adolescência fases de desenvolvimento que se caracterizam por profundas transformações somáticas, psicológicas e sociais, os requerimentos nutricionais necessários para um desenvolvimento normal quando confrontados com os padrões alimentares característicos desses grupos apontam para o comprometimento do seu desenvolvimento (peso e altura abaixo do normal), quadros de desnutrição, anemias e hipovitaminoses; 2 - alterações no aparelho osteomuscular, destacando-se os diagnósticos de lombalgia, escoliose, lesões por esforços repetitivos (LER) e a doença articular degenerativa (DAE); 3 - infecções parasitárias, como a esquistossomose, parasitoses intestinais, ptíriase, escabiose, pediculose e monilíase, comprometendo as funções do trato gástrico intestinal; 4 - infecções nas vias aéreas respiratórias, que incluem desde resfriados e bronquites a suspeitas de tuberculose pulmonar; 5 - infecções bacterianas, como otites, gastroenterites, piodermites, conjuntivites, infecções urinárias e outras; 6 - perda precoce de dentes permanentes junto com cáries múltiplas, configurando um quadro de difícil recuperação; 7 - distúrbios da pele e anexos como dermatoses de contato nas mãos, pele ressecada nas faces, manifestando traços de envelhecimento precoce, onicomiose nas mãos e ptíriase versicolor no tronco; 8 - acidentes de trabalho, destacando-se ferimentos com o podão (ferimentos contuso nos joelhos e corte-contuso em dedos das mãos e no nariz, principalmente); e 9 - acidentes de trajeto, que muitas vezes provocam lesões graves e incapacitantes, tanto temporária como permanentemente, quando não levam o trabalhador ao óbito (ALESSI; NAVARRO, 1997, sem paginação).

O combate ao trabalho infantil-juvenil tal como considerado pelas autoras passa pelo entendimento de que ele está diretamente relacionado às transformações por que passa o emprego e que, portanto, implicaria uma transformação do modelo de desenvolvimento vigente.

3.4 Efeitos intergeracionais

As consequências do emprego da força de trabalho infanto-juvenil para as famílias de trabalhadores rurais do setor açucareiro a longo prazo já foram apontadas aqui. Especialmente por Dabat, Araújo e Dourado (op. cit.), que expõem o “ciclo de oportunidades perdidas” definido por esta entrada precoce na atividade canavieira e que inviabiliza o desenvolvimento daqueles que foram a ela submetidos, impedida, também, a possibilidade de uma outra formação profissional que redefina os rumos das famílias, tão marcadas pela miséria, produto do modelo produtivo e das relações de trabalho aí adotadas. Delma Pessanha Neves (2001) aprofunda este tema considerando o trabalho infantil como um dos fatores determinantes para o que chama de transmissão intergeracional da posição precária.

A autora então parte de uma definição do trabalho infantil construída por e para o combate dele, segundo a qual tal trabalho compromete o desenvolvimento físico e mental das crianças, colocando-as mesmo em risco durante e depois do exercício da atividade laboral. Seguindo ainda esta perspectiva, as motivações para o trabalho infanto-juvenil estariam atreladas sobretudo à pobreza do grupo familiar por elas integrado. Aí, a autora propõe buscar outras motivações, a fim de, em termos práticos, não condicionar o fim desse trabalho ao fim da pobreza. Neste caso, cumpriria observar os interesses do empregador e do comprador de serviços, destacando assim a atenção para o lado que se opõe ao dos trabalhadores, além também das mudanças na demanda ou utilidade de sua incorporação.

No meio rural, o trabalho infantil torna-se questão desde a industrialização da agricultura a partir dos anos de 1970, quando da constituição de um “trabalhador coletivo” pelas demandas criadas pelo setor que contribuem para a precarização das condições de vida dos trabalhadores e exige novos padrões de produtividade e, em consequência, a inserção de todos os membros do grupo familiar para a composição de uma renda que chegue o mais perto possível da exigida para a reprodução do grupo. O escopo, portanto, do artigo de Neves (idem) é a análise dos efeitos intergeracionais do trabalho infantil entre as populações de trabalhadores rurais da agroindústria sucro-alcooleira.

Tal setor tem sua primeira constituição durante a colonização do País e ainda é responsável na fase de industrialização por uma polarização radical das condições de vida daqueles que emprega. É preciso, assim, localizar bem em que setor está concentrado o uso do trabalho de crianças e adolescentes e perceber a extrema concentração de renda e protecionismo estatal de um lado e da pobreza miserável e aviltante do outro. Ao mesmo tempo em que expõe a especificidade do emprego da mão de obra infanto-juvenil na cana, o trabalho da autora diz também sobre o modelo de uso de força de trabalho posto em prática por usineiros e produtores de cana no Brasil.

Referida pesquisa ocorre numa das mais antigas regiões produtoras de açúcar e álcool, constituída desde o século XVIII. Ela se distancia aproximadamente 300 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa uma área de cultivo de cana de açúcar de 200.000 ha. Nela estavam presentes, então, 8 usinas e, aproximadamente, 14.000 produtores de cana, 5.000 trabalhadores industriais, 20.000 trabalhadores rurais e 7.340 crianças e jovens, entre 7 e 14 anos, considerados em situação de risco de reprodução física e social, pela vinculação precoce à atividade laborativa e pelo afastamento do sistema escolar.

A industrialização da agricultura é, nesse contexto, responsável pela emergência do trabalho infantil massificado. Na medida em que o padrão médio de trabalho exigido pela agroindústria não podia mais ser realizado por um único trabalhador adulto, e em geral do sexo masculino, era preciso acionar os demais integrantes do grupo familiar. Fator que se combina à desvalorização do salário e diminuição precoce da produtividade da força de trabalho dos homens, para exigir mais dos membros familiares. A remuneração, no entanto, adaptou-se aos novos empregados, sendo calculada a partir da hierarquia social, maturidade física e certa concepção cultural de gênero. Além disso, dada a expansão do trabalho assalariado, interrupção do acesso dos trabalhadores à residência e ao cultivo de subsistência, transferência para as periferias urbanas, houve um crescimento do subemprego e do trabalho clandestino.

Durante as entrevistas com os trabalhadores, o principal aspecto levantado pelos entrevistados foi a questão dos rendimentos, isso porque eram insuficientes para a manutenção e reprodução do grupo familiar, mas as razões desta insuficiência não eram imediatamente relacionadas aos salários em si baixos, mas a determinadas condições da família que apareciam como externas às condições de trabalho. Assim, citaram circunstâncias de separação conjugal, prole numerosa e adoecimento precoce dos pais para justificar as dificuldades porque passavam e daí, a exigência do trabalho dos mais novos.

Assim, todos os entes familiares são submetidos às condições precárias de trabalho nos canaviais tão mais intensificadas quanto o é a naturalização do desgaste e da destruição da força de trabalho que emprega. No caso da trabalho infanto-juvenil, a atuação do Ministério Público até então apenas contribuiu para o desenvolvimento de formas que dissimulam seu emprego. Nesse sentido, o uso do trabalho infantil recai sobretudo sobre os pais, seja diante das autoridades, seja diante dos próprios empregadores. Tal responsabilização é resultado do Estado de desassistência por que passam os trabalhadores rurais, fazendo-os, em última instância, frente aos patrões, na obrigação de esconder dos órgãos fiscalizadores os filhos incorporados ao trabalho. Porque, nesta lógica, toda a situação de miserabilidade em que vivem, e que obriga o uso da força de trabalho infanto-juvenil para complementação da renda, não é consequência do sistema produtivo em questão, que os patrões aceitem, portanto, esta força de trabalho é benfeitoria e não exploração. Legitima-se, portanto, tal trabalho.

As consequências disso sobre a formação desses trabalhadores infanto-juvenis materializa-se no silêncio deles mesmos sobre a prática, mas ao mesmo tempo um discurso de orgulho a respeito da contribuição que fazem.

São então duplamente negados socialmente como trabalhadores: escondem a prática ilegal e constroem o silêncio público de sua existência, que limita a expressão mais imediata da tomada de consciência dos efeitos cumulativos deste modo de estar no mundo. Pelo contrário, colaboram de múltiplas formas para a internalização de uma percepção do mundo como imutável e do destino ou da vida social como dada. (NEVES, 2001, p. 9)

No contexto de pesquisa, “Esta percepção de si e do mundo limita a participação do trabalhador infanto-juvenil no processo de pesquisa.” (NEVES, *idem*, p. 9), cabendo ao pesquisador compreender os significados em jogo, além da visão mais ampla da inserção laborativa perversa de trabalhadores de certos setores da economia, neste caso, da agroindústria canavieira.

Para compreensão da utilização da forma de trabalho infanto-juvenil no contexto em questão, a autora buscou recuperar a construção social do trabalhador rural. Nesse processo, é importante apreender a demarcação dos ciclos de vida adotada pelos grupos, assim como as disciplinas exercidas para construção dos comportamentos esperados para cada um dos ciclos. No contexto investigado, até os 14 anos de idade as atividades são atribuídas levando-se em conta a capacidade física das crianças e as obrigações decorrentes da participação no sistema escolar. A partir dessa idade, considera-se a entrada na vida adulta e para os meninos começa-

se a valorizar o trabalho, autonomia financeira e certa liberdade no usufruto do tempo livre, enquanto para as meninas percebe-se o acirramento do processo de constituição de uma nova unidade familiar. Em geral, a mãe é principal mediadora nesse processo, dosando as cargas e recuperação das atividades progressivamente assumidas pelos filhos.

O projeto de socialização, no entanto, tem no horizonte uma mudança em relação as condições presentes e, para tanto, considera-se o processo de escolarização. Está incluso, assim, no papel dos pais, o aumento da escolaridade dos filhos, dando-lhes condições de um outro futuro profissional, mais estável e abundante, que lhes permita a constituição de sua própria família em melhores condições de vida. Mas a autora destaca como tais ofertas de condições não são suficientes para a concretização dos planos, é preciso que os filhos internalizem os desejos de ruptura, encarem a missão e apostem nas intermediações. Estas últimas encarnam um dos papéis da escola, qual seja, o rompimento do isolamento cultural e social de grupo para a possibilidade de novas inserções e em geral afastamento de seu próprio grupo de origem.

Entretanto, as limitações da escola mostram-se patentes, expondo seus limites quanto uma alternativa para a construção de outros modos de vida, seja pela qualidade do tipo de serviço objetivamente prestado pela escola, seja pela inexistência de um mercado de trabalho local que ofereça condições mais valorizadas para o desempenho profissional. De modo que, no fim das contas, e para o bem de todo o grupo, naquele contexto, o trabalho e as habilidades requeridas por ele é mais compensatório. Por mais que os pais em geral insistam nas esperanças proporcionadas apenas pela escola, no contexto vivido não podem abrir mão do trabalho. Diante do papel não assegurado pela escola e das exigências da formação e disciplinamento dos jovens filhos, trabalho para os pais figura como o único recurso na tentativa de zelar pela integridade moral dos filhos, além de que para esses últimos o trabalho cumpre o papel de lhe proporcionar mesmo que deficientemente remuneração, autonomia e reconhecimento social.

As famílias de trabalhadores rurais reproduzem-se assim a partir de múltiplos constrangimentos que as condenam à estagnação quando a sua posição social precária, sem incentivos de qualquer parte. Quanto esta reprodução social, há três perspectivas a serem apontadas. A primeira seria uma negativa, fatalista e majoritária definida pela falta de condições de migrar e escolher outros modos de inserção nos mercados locais. O único bem a ser buscado aí seria o da casa própria, mesmo que em péssimas condições de estrutura, ofereça um nível mínimo de autonomia. Já a segunda perspectiva seria positiva, valorizando sobretudo a formação profissional conquistada a partir da migração e que assegura casa própria e autonomia financeira. Para os homens, trata-se de ocupações no setor da construção civil e, para as

mulheres, no trabalho doméstico remunerado. Neste caso, a migração pode ser completa ou de apenas um membro das famílias, em geral, o pai. A última alternativa seria constituída a partir das duas primeiras e funda-se na articulação de mercados de trabalho internos e externos ao sistema de produção da cana de açúcar, equilibrando os momentos de baixa e alta demanda de força de trabalho.

Mas, no fim das contas, as limitações dos horizontes de possibilidade para mudanças de condições de trabalho e de vida no futuro é mais um elemento do processo de completa expropriação realizada pelo setor sucro-alcooleiro sobre os trabalhadores.

Também a possibilidade de constituição de planos de mudança familiar é definida pelas condições objetivas vivenciadas pelos trabalhadores e, mais ainda o é a possibilidade de concretizá-los. Entre os trabalhadores entrevistados por Neves, o horizonte de perspectivas e preocupações situava-se no mais das vezes na garantia de itens básicos de consumo alimentar. Por isso, em muitos casos, o trabalho de muitos filhos era justificado inclusive pela necessidade de garantir a existência dos mais novos e isto recobria-se então de um caráter de virtude, pois aquele menor trabalhador passava a cumprir papel essencial no grupo familiar.

Assim, além de observar as condições do corte de cana que definem a forma de entrada das crianças no mercado de trabalho, é importante considerar os valores familiares postos em jogo e articulados pela própria organização do setor produtivo visando ao uso desta força de trabalho e formas como se pode vinculá-la e remunerá-la. Ao mesmo tempo em que o Estado assiste maximamente aos grandes produtores e minimamente aos trabalhadores, assim:

As instituições do Estado brasileiro que, de formas diversas, subsidiam a produção agro-sucroalcooleira, asseguram a reprodução de alguns dos empresários vinculados ao processo de centralização industrial, mas são totalmente ausentes na atenção aos trabalhadores. A família e a parentela, sobrevivendo nas mesmas condições precárias, constituem, ao lado de um sistema escolar também fragilizado, os recursos mínimos à reprodução física e social. Aos filhos em tenra idade só resta a dignidade desta moralidade que orienta a solidariedade familiar e lhes assegura socorro nos momentos de desemprego e doença, limitações previsíveis em face do intenso desgaste a que estão submetidos pelas condições adversas de trabalho (NEVES, *idem*, 168-9).

É, assim, sobretudo pelo abandono das classes trabalhadoras quanto à sua própria subsistência e reprodução que as destinadas ao trabalho precoce, seja como recurso à complementação da renda familiar, seja por constituir-se no único instrumento disponível aos pais para instrução, educação e socialização dos filhos. Está assim fundada as condições de manutenção do isolamento das famílias e sua superação deve considerar não apenas a criança, mas relações de trabalho que incorporam o grupo do qual faz parte:

A questão que está em jogo é esta perversa forma de constituição das relações de trabalho e dos trabalhadores. A solução para a proteção à criança, não pode estar a ela circunscrita. Ela é parte de um grupo social e a este devem estar asseguradas as condições para vislumbrar algum tipo de resolução dos constrangimentos inerentes à posição. A violência que incide sobre as crianças é produto do baixo e irregular valor do salário, do desgaste prematuro dos pais, mas também do abandono institucional, que viabiliza o acúmulo das dificuldades e atribui ao salário finalidades às quais ele está longe de contemplar. (NEVES, *idem*, p. 172).

3.5 Luta por direitos

No trabalho de Diognnys Estevam (2019), *Trabalho infanto-juvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)*, destaca-se sobretudo a luta pela garantia e ampliação de direitos da infância no pós-Ditadura Militar e início do período de redemocratização e seu reflexo na região. Assim, o autor discorre sobre as transformações socioeconômicas e das relações de trabalho nas mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba na década de 1980, apresenta a assistência social da Igreja Católica à infância e à adolescência de Guarabira através dos serviços diocesanos e da organização do Movimento de Adolescentes e Crianças na década de 1980 e expõe a partir das ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores infanto-juvenis ou responsáveis na Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira como a luta por direitos ocorria no tribunal. Esta última parte foi resultados da análise que realiza a partir dos autos da Junta de Conciliação e Julgamento de Guarabira, vinculada ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), arquivados no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB).

As transformações socioeconômicas e consequentemente das relações de trabalho focalizadas pelo autor e desenvolvidas numa importante região canavieira do Estado da Paraíba é resultado das transformações porque passou a produção sucroalcooleira no estado depois do Proálcool. Ao mesmo tempo que os vultuosos incentivos fiscais do Estado deu subsídios para o aumento da produção canavieira e de seus derivados, foi responsável pelo aumento da concentração fundiária a partir da expropriação e exploração progressivamente mais intensivas dos trabalhadores rurais. Como já largamente discutido nos trabalhos anterior, tais condições de expropriação e exploração, que incluíam tomada da terra, e, portanto, dos locais de morada e meios de produção de itens de subsistência, e remunerações abaixo do necessário para a reprodução do grupo familiar, respondem pelo ingresso de mulheres, jovens e crianças também na zona canavieira paraibana.

Nesse contexto, então, como nos demais, o trabalho infanto-juvenil era agregado ao dos adultos na constituição de formas de sobrevivência, com inúmeras consequências para os pequenos trabalhadores e para o destino das famílias de trabalhadores rurais, mas com vantagens para os empregadores, que podiam aumentar a margem de lucro na medida que os subremuneravam ainda mais.

Diante destas circunstâncias, a reorganização do movimento dos trabalhadores rurais resulta na criação da Junta de Conciliação e Julgamento em Guarabira, que dá condições para a exigência de direitos trabalhistas para a classe.

Na assistência às crianças e adolescentes da região, foi decisiva a atuação da Igreja Católica. Vinculada à Teologia da Libertação, a igreja desde a região episcopal do Brejo até à criação da diocese foi responsável pela organização do Projeto Educativo do Menor (PEM), da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e do Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC), que contribuíram com iniciativas de proteção, incentivo à educação e combate ao trabalho infanto-juvenil.

A partir dos documentos analisados, o autor aponta para a diversidade do trabalho através da tipificação das ações. O trabalho era desenvolvido no campo, na cidade e no setor público. As ocupações então poderiam ser de “ajudante geral”, “agricultor”, “corte de cana”, “trabalhador braçal”, “trabalhador rural”, “vigia”, “safrista”, “trabalhadora rural”; “ajudante de comércio”, “auxiliar metalúrgico”, “cobrador”, “gari”, “lenhador”, “trabalhador braçal”, “servente”, “comerciária”; “auxiliar administrativo”, “atendente de enfermagem”, “merendeira”, “professora”, “regente auxiliar”. Já os direitos reclamados pelos menores na JCT-Guarabira entre 1987 e 1990 de acordo com a quantidade total de reclamantes seriam: indenização (79,3%), súmula 148 (57,5%), férias simples (70,1%), férias proporcionais (63,2%), férias vencidas (20,7%), aviso prévio (89,7%), 13º salário (93,1%), anotação CTPS (56,3%); salário retido (11,5%), diferença salarial (67,8%), repouso semanal (28,7%), multa por atraso de pagamento (20,7%), adicional noturno (3,4%), horas extras (29,9%).

Quanto ao resultado das ações de trabalho, nos casos de trabalho rural, pode-se localizar os resultados classificados como procedente, procedente em parte, procedente e conciliado, desistência, improcedente, arquivado, sem sentença.

3.6 Dados estatísticos oficiais

A partir dos resultados alcançados por sua pesquisa de doutorado, cuja tese é intitulada por “O assalto à infância no mundo amargo da cana-de-açúcar: onde está o lazer? O gato comeu?”, durante os anos de 1996 a 2000 na Faculdade de Educação da UNICAMP e das, então, recentes pesquisas que apontam para a diminuição ou erradicação do trabalho infantil no Brasil e, em especial, no mundo do trabalho da cana-de-açúcar da Zona da Mata em Pernambuco, Silva (2002) propõe-se a retomar seu campo e tema de pesquisa. A hipótese central de seu trabalho relaciona-se a um possível uso político das estatísticas que mascararia a realidade sobre o emprego desta mão de obra na região. Isto porque os resultados encontrados na pesquisa anterior apontavam para a estrita relação entre capitalismo e emprego da mão de obra infantil e o que se percebe na atualidade investigada é que a estrutura que embasava o emprego do trabalho infantil não transformada, mas apenas a situação remediada por políticas de transferência de renda. Convém então perguntar pelos efeitos concretos da ampliação da fiscalização do trabalho infantil e das políticas de transferência de renda, com o Programa Bolsa Família, sobre a existência do trabalho infantil-juvenil.

Este trabalho em específico é resultado da primeira fase de seu esforço de pesquisa e que se constituiria enquanto fase exploratória em que foram aplicadas entrevistas on-line em sindicatos e instituições governamentais, mais propriamente (a) a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE; e (b) a Procuradoria do Trabalho e Membro do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco - FEPETIPE. Os dados aí colhidos, bem como outros, seriam encarados criticamente a partir da realidade concreta, sobretudo daquela que é resultado de um modelo de produção específico como o capitalismo. O autor leva em conta também “exemplos concretos de pesquisas já realizadas sobre os limites das estatísticas oficiais, destacando “o uso político das estatísticas” (SILVA, 2012, p. 139), no que pese as cifras sobre a exploração do trabalho de crianças e jovens.

Assim, se de um lado a pesquisa realizada na zona canavieira de Pernambuco entre os anos 1996 e 2000, atestava para a impossibilidade de acabar com trabalho infantil sem transformar a estrutura do sistema produtivo vigente então, com suas relações de trabalho determinadas, os depoimentos colhidos juntos aos órgãos governamentais indicam para a fragilidade das interpretações que concluem a partir unicamente dos dados estatísticos, o fim do trabalho infantil na atividade canavieira.

Este trabalho de Silva, portanto, justifica-se prioritariamente para a recolocação da questão do trabalho infantil na região outrora dominada pela produção canavieira ante

interpretações que suponham estar o problema resolvido pelas atuais condições de fiscalização e políticas públicas para incentivo da escola em detrimento do trabalho. Desse modo, é preciso considerar a formação histórica da região, as transformações pelas quais passou sem modificação concreta de relações de produção e avaliação crítica de políticas públicas e do uso de dados estatísticos seja pela academia seja pelos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu conjunto, os trabalhos analisados reconhecem como condição fundamental do uso da força de trabalho de crianças e adolescentes no setor produtivo canavieiro o próprio modelo pelo qual o setor se estrutura. Pautado pela intensificação da acumulação de capital, entre as estratégias para maximização dos lucros está a arregimentação de toda a força de trabalho possível de ser extraída das famílias de trabalhadores. Isto garante não apenas a disponibilidade de vasta mão de obra para os períodos de corte da cana, quando a demanda por trabalho aumenta, mas também pressiona o nível salarial, mantendo-o abaixo do nível básico para subsistência e reprodução dos trabalhadores. Em um movimento cíclico, a baixa remuneração ofertada pelos empregadores força o emprego da mão de obra dos integrantes mais novos e das mulheres do grupo familiar como meio de complementação da renda, por meio da mão de obra desvalorizadas, segundo critérios etários e de gênero, mais do que pela capacidade produtiva efetivamente realizada; sua sub-remuneração gera certa concorrência para a mão de obra de homens adultos, reforçando sua desvalorização e a necessidade da inserção de novos membros.

A tais estratégias, os trabalhadores opunham sempre que podiam suas próprias estratégias de autoproteção. Os roçados, por exemplo, restritas porções de terra onde podiam realizar seus cultivos de subsistência e criação de pequenos animais, davam margem para que se evitasse um pouco mais a entrada dos membros mais vulneráveis do grupo nos canaviais. Sua importante contribuição ao grupo se dava nos limites do próprio roçado, onde produziam não apenas para o consumo do grupo, mas muitas vezes para o comerciar, além do mais, o trabalho nos roçados se constituía central na educação dos filhos pelos pais, seja no que se refere à educação moral, seja na aprendizagem das técnicas e modos agrícolas.

A modernização do setor, representada sobretudo pelo Programa Nacional do Alcool, a partir da década de 1970, acelerou a destituição do acesso, mesmo que restrito, à terra, e expulsou para as periferias urbanas ou aglomerados rurais as famílias de trabalhadores. Ao mesmo tempo em que gerava novas necessidades, portanto, dado o contexto urbano, a industrialização do setor exigia níveis mais altos de produtividade, sem, por isso, remunerar mais. Tais transformações minaram as estratégias familiares de proteção dos mais vulneráveis, intensificando o emprego infanto-juvenil no setor.

Estas seriam, portanto, as condições estruturais de utilização da força de trabalho infanto-juvenil na atividade produtiva canavieira. As condições em que este trabalho se realiza

são outro ponto bastante trabalhado nas produções analisadas. Quando a inserção ocorre como mão de obra complementar à do adulto, as atividades a serem realizadas, assim como a remuneração recebida, é intermediada pelo responsável. Em geral, isto revela outro aspecto da proteção familiar, já que, neste caso, o desenvolvimento das atividades poderia ser acompanhado por alguém mais experiente, assim como a negociação com os prepostos da empresa. Nos casos de inserção autônoma, as crianças estavam mais expostas à violência patronal.

A violência patronal, os riscos representados pelas condições do ambiente de trabalho, os instrumentos de trabalho cortantes e desproporcionais, em tamanho e peso, as longas jornadas de trabalho e o manuseio de produtos agroquímicos integram parte do conjunto de riscos a que estavam submetidas as crianças durante o trabalho. A estes fatores podemos acrescentar, ainda, as precárias condições de alimentação, habitação e saneamento que resultam, numa influência conjunta, no comprometimento da saúde e do desenvolvimento físico e mental das crianças trabalhadoras.

Nesse contexto, a escolarização é comprometida pela ausência da escola, quando da existência, pela precariedade dela, seja estruturalmente, seja no que respeita às possibilidades que é capaz de ensinar naquela realidade específica, mas, principalmente, pela impossibilidade de conciliá-la com a rotina extenuante de trabalho.

Em conjunto, tais comprometimentos contribuem para um isolamento dos trabalhadores rurais. O trabalho pode cedo inviabilizá-los fisicamente e, quando não, impedir uma outra formação profissional pela negação da escolarização. Nesse sentido, o trabalho infantil na produção canavieira responde também pela transmissão intergeracional da pobreza.

Todos os trabalhos pesquisados revelam a necessidade de intervenção nesta realidade, por medidas urgentes, mas também estruturais, que possam assegurar permanentemente condições dignas de vida e desenvolvimento para todas as crianças envolvidas em atividades laborativas. Destacamos, também, que a simples proibição legal é limitada se não se processam outras transformações. Isto é importante de levarmos em conta sobretudo nas pesquisas que pretendam investigar a diminuição ou erradicação do trabalho infantil, uma vez que entre suas motivações estaria um modelo produtivo ainda vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

ALESSI, Neiry Primo; NAVARRO, Vera Lúcia. O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 27, n. 6, jun., não paginado, 1997.

ALVIN, Rosilene; VALLADARES, Lúcia. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB**. Rio de Janeiro, nº 26, pp. 3-37, 2º semestre 1988.

ARAÚJO, Teresa Corrêa. Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco. In: IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1994. **Anais eletrônicos...** 2014, p. 259-270. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/29/showToc>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. ano 1990, Disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CENTRO DE SAÚDE ESCOLA DA FACULDADE DE MEDICINA. **Relatório sobre padrões de desgaste da força de trabalho infanto-juvenil no corte da cana-de-açúcar**. Ribeirão Preto, 1996. Mimeo.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro. In: _____. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.

DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 407-436.

ESTEVAM, Diognnys Cardoso. **Trabalho infanto-juvenil e luta por direitos nas Mesorregiões da Mata e do Agreste da Paraíba (1987-1990)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973). Recife, 2012.

176 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KARL, Marx. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome**: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MELO, Mário Lacerda de. **O açúcar e o homem**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1975.

MORAES, Rafael Vicente de. **A produção acadêmica sobre trabalho infantil**: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MOREIRA, Emília de R. F. (Coord.). **Os caras pintados de suor e da fuligem da cana**: um estudo das condições de vida, saúde e trabalho dos canavieiros mirins da cana. João Pessoa: UFPB, 1995. (Relatório Final de Pesquisa).

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. O trabalho infanto-juvenil na agricultura paraibana: o caso da lavoura canavieira. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 14, n. 2, p. 343-366, jul./dez., 1998.

NEVES, D. P. **A perversão do trabalho infantil**. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. A pobreza como legado: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional** 6(2): 149-173, Inverno 2001.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de Engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, SBPC, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do *pátrio poder* ao *pátrio dever*. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco Pilotti. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maurício Roberto da. **O assalto à infância no mundo da cana-de-açúcar**: onde está o lazer? O gato comeu? Campinas: Unicamp, 2000. (Tese de Doutorado).

SILVA, Maurício. “Trama doce-amarga”: afinal, acabou a exploração do trabalho infantil no campo canavieiro de Pernambuco? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 135-152, set. /dez. 2012.

_____. Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das menina-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano XXII, nº 56, abril/2002.

VILANI, Jane. **O que é trabalho infantil**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.